

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAIS CELIS MERISSI

REFERÊNCIA E FERRAMENTA:

USOS DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

CURITIBA

2020

LAIS CELIS MERISSI

REFERÊNCIA E FERRAMENTA:
USOS DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada como requisito final à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª. Drª. Simone Meucci

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1807

Merissi, Lais Celis

Referência e ferramenta : usos do livro didático pelo professor de sociologia. /
Lais Celis Merissi. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado profissional em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora : Profª. Drª. Simone Meucci

1. Sociologia – Estudo e ensino. 2. Livros didáticos. 3. Métodos de ensino.
I. Meucci, Simone, 1970-. II. Título.

CDD – 307



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SETOR DE
CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL - 25016016039P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LAIS CELIS MERISSI** intitulada: **REFERÊNCIA E FERRAMENTA: USOS DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA**, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 09 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica 10/09/2020 09:49:41.0

SIMONE MEUCCI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica 11/09/2020 14:55:59.0

ILEIZI LUCIANA FIORELLI SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica 11/09/2020 10:16:48.0 JULIA POLESSA MAÇAIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Rua General Carneiro, 460 - 9º andar - sala 906 - Curitiba - Paraná - Brasil CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail:
profisocio@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 52267

Para autenticar este documento/assinatura, acesse
<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 52267

A todos os professores e professoras deste país.

AGRADECIMENTOS

Concedo-me, nestas breves linhas, a licença poética para agradecer. Os padrões acadêmicos têm seus porquês. A dureza do texto científico não impediu, entretanto, o sentido poético da criação e o senso imaginativo da sociologia. Se suas estruturas são frias de aparência, esse trabalho, ainda assim, foi resultado de muito calor e acolhimento. Primeiramente, de minha orientadora Simone Meucci, sempre afetuosa, humana, inspiradora, sem seus ensinamentos este trabalho não seria possível; além de todas as professoras e professores que marcaram minha formação com o exemplo do amor pela docência e pela ciência: Eva Scheliga, Maria Tarcisa Silva Bega, Ana Luisa Fayet Sallas, Fagner Carniel, Rodrigo Czajka, Marisete Hoffmann-Horochovski, Ilézi Fiorelli Silva, Angela Maria de Sousa Lima, Maria Nilza da Silva, Fabio Lanza, Maria José Rezende, Nilda Rodrigues e tantas outras que, sem imaginar, me formaram como docente e pesquisadora.

À CAPES que financiou esta pesquisa. À UFPR que nos acolheu, além dos (das) trabalhadores (as) que, cumprindo excepcionalmente suas funções, contribuíram para que o curso desse mestrado fosse mais prático e eficiente: Marcel e Genilria, secretários do Programa na UFPR e secretária nacional do Programa, respectivamente.

Às grandes amigas e amigos que a Universidade Pública me apresentou desde a graduação na Universidade Estadual de Londrina até o mestrado na Universidade Federal do Paraná, especialmente àquelas/es que contribuíram com meus caminhos formativos; membros do projeto de extensão LEAFRO, membros do grupo de pesquisa Pensamento Social Brasileiro e colegas de turma que gostaria de nomear, mas correria o risco de ser injusta com tantos outros.

A quem contribuiu diretamente com este trabalho, lendo e indicando correções pertinentes. Fábio, companheiro e pesquisador, obrigada pela paciência com os infundáveis pedidos de ajuda. André, amigo e pesquisador, obrigada pelas leituras e sugestões sempre certeiras. Laura, amiga querida, revisora, agradeço as leituras atentas. Agradeço também a Amanda Barros, designer responsável pela formatação gráfica do material. Professora Eva Scheliga, sempre solícita, obrigada pela essencial ajuda com as tabelas do *Excel* que exigiram especial esforço, contando também com as amigas Maiara e Denise, que me ensinaram a lidar com

ferramentas dinâmicas do programa, agilizando a análise dos dados, e ao amigo e cunhado Allan, que ajudou com suas habilidades em edição de imagem. Em especial, agradeço às professoras Ileizi Fiorelli Silva e Maria Tarcisa Silva Bega, que participaram ativamente da qualificação deste trabalho, indicando correções fundamentais que possibilitaram a presente forma de apresentação dos resultados e à professora Julia Polessa Maçaira que se dispôs à leitura atenta e contribuição valiosa à banca de defesa.

Às mulheres da minha família que sempre me inspiraram pela inteligência, independência e garra: minha mãe Lenir, minha irmã Eloisa, minha filha Niara, minha sobrinha Isis, minhas tias Marta e Sandra e minha avó Élide (*in memorian*); cada uma à sua maneira, me motiva a seguir sempre lutando, estudando e buscando transformar nossa realidade.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é a investigação sobre os usos do livro didático de Sociologia nas escolas públicas por professoras e professores de diferentes estados do Brasil, matriculados no Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). Testamos hipóteses que relacionam as formas de manuseio do livro às diferentes condições de trabalho, formação e acessibilidade de recursos. O principal método empregado foi a aplicação de um questionário virtual com trinta e oito (38) perguntas, respondido por setenta (70) docentes mestrandos do PROFSOCIO, provenientes de um universo total de duzentos e sessenta e quatro (264), licenciados e atuantes no ensino da Sociologia em escolas públicas de cinquenta (50) municípios do Brasil. A diversidade territorial do Programa possibilitou o alcance de dados que se referem a professores em busca de qualificação e que vivem realidades distintas. O tratamento dos dados segue indicando que o livro didático é a principal referência bibliográfica do docente, além de recurso que auxilia no planejamento de suas aulas. Os resultados deste trabalho permitem compreender melhor a importância do livro didático de Sociologia e sugerem a necessidade de produção e distribuição de materiais de apoio para professores, além da manutenção e incremento do Plano Nacional do Livro Didático.

Palavras-chave: Livro Didático. Ensino de Sociologia. Prática Docente. Mestrado Profissional.

ABSTRACT

This research aims to investigate the uses of the Sociology textbook in the public schools by teachers from different states in Brazil, who are enrolled in the Professional Master of Sociology in the National Network Program (PROFSOCIO). Hypotheses relate the ways of using the book to different working conditions, training and accessibility of resources were tested. The main method employed was the application of a virtual questionnaire with thirty-eight (38) questions, that was answered by seventy (70) teachers who are students of PROFSOCIO, from a total universe of two hundred and sixty four (264), and active in the teaching of Sociology in public schools from fifty (50) municipalities in Brazil. The Program's territorial diversity enables to reach different realities. The treatment of the data indicates that the teaching material is the main bibliographic reference of the teacher, in addition to a resource that help them to plan their classes. The results of this work allow us to understand the importance of the Sociology textbook and suggest the need of production and distribution of support materials for teachers, in addition to maintaining and increasing the National Textbook Plan.

Key-words: Textbook. Sociology teaching. Teaching Practice. Professional Master's.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es averiguar sobre la utilización del libro didáctico de Sociología en las escuelas públicas por parte de profesoras y profesores de diferentes estados de Brasil, matriculados en el Programa de Maestría Profesional de Sociología en la Red Nacional. Verificamos hipótesis que relacionan las formas de manipulación del libro a las diferentes condiciones de trabajo, formación y acceso de recursos. La principal metodología utilizada fue la aplicación de un cuestionario virtual con treinta y ocho (38) preguntas, respondido por setenta (70) docentes de la maestría del PROFSOCIO, de un universo total de doscientos sessenta y cuatro (264) licenciados y actuantes en la enseñanza de la Sociología en escuelas públicas de cincuenta (50) municipios de Brasil. La diversidad territorial del Programa posibilitó el alcance de datos que se refieren a profesores en busca de calificación y que viven realidades distintas. El análisis de estos datos sigue indicando que el libro didáctico es la principal referencia bibliográfica del docente, así como el recurso que lo auxilia en la planificación de sus clases. Los resultados de este trabajo permiten comprender mejor la importancia del libro didáctico de Sociología y sugieren una necesidad de producción y distribución de materiales de apoyo para profesores, así como su manutención e incremento en el Plan Nacional del Libro Didáctico.

Palabras-claves: Libro Didáctico. Enseñanza de Sociología. Práctica docente. Maestría Profesional.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÁREA DE ATUAÇÃO GUIA PNLD 2015.....	26
FIGURA 2 - VAGAS DISPONIBILIZADAS NO PRIMEIRO EDITAL	41
FIGURA 3 - ESTADOS PARTICIPANTES	45
FIGURA 4 - ÁREA DE FORMAÇÃO NA PRIMEIRA GRADUAÇÃO.....	49
FIGURA 5 - CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS)	51
FIGURA 6 - CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (HISTÓRIA)..	52
FIGURA 7 – CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (PEDAGOGIA)	
.....	52
FIGURA 8 – MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (CIÊNCIAS SOCIAIS) ..	54
FIGURA 9 - MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (HISTÓRIA).....	55
FIGURA 10 – MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (PEDAGOGIA)	56
FIGURA 11 – TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL	60
FIGURA 12– TEMPO DE ATUAÇÃO NA PRINCIPAL ESCOLA	61
FIGURA 13 – TEMPO DE CARREIRA E USO DO LIVRO	62
FIGURA 14 – CARGA-HORÁRIA DE TRABALHO ESCOLAR.....	63
FIGURA 15 – CARGA-HORÁRIA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO	65
FIGURA 16– FREQUÊNCIA DE USO DO LIVRO DIDÁTICO	66
FIGURA 17 – RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS	68
FIGURA 18 – MATERIAL CONSULTADO NO PLANEJAMENTO.....	69
FIGURA 19 – FINALIDADE DE USO DO LIVRO DIDÁTICO	70
FIGURA 20 – CONHECIMENTO SOBRE NOVOS CONTEÚDOS POR MEIO DO LIVRO DIDÁTICO	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE DOCENTES POR ASSOCIADA.....	40
TABELA 2 - IDADE	42
TABELA 3 - GÊNERO.....	43
TABELA 4 - ESTADO	44
TABELA 5 – CIDADES	46
TABELA 6 - PRIMEIRA GRADUAÇÃO	48
TABELA 7 - SEGUNDA GRADUAÇÃO.....	48
TABELA 8 – RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E FINALIDADE DO USO	57
TABELA 9 - REGIME DE TRABALHO	58
TABELA 10 – RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE CARREIRA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO.....	62
TABELA 11 – RELAÇÃO ENTRE CARGA-HORÁRIA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO	64
TABELA 12 – CATEGORIAS RECORRENTES NO DISCURSO SOBRE PNLD	72
TABELA 13 – CATEGORIAS RECORRENTES NO DISCURSO SOBRE O LIVRO	73

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COLTED	Comissão Do Livro Técnico E Do Livro Didático
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FACEPE Pernambuco	Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
MEC	Ministério da Educação
MPCS	Mestrado Profissional em Ciências Sociais e Sociologia
OBEDUC	Observatório da Educação
OCNEM	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLID	Programa do Livro Didático
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação

PRODOCÊNCIA	Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROFSOCIO	Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 SOCIOLOGIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	20
2.1 SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA CURRICULAR	20
2.2 O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	21
2.3 SOCIOLOGIA NO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	23
2.4 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE: MPCS E PROFSOCIO	29
3 CARACTERIZANDO O UNIVERSO DE PESQUISA.....	33
3.1 CONSTRUINDO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	33
3.2 DIMENSÕES DE UM PROGRAMA EM REDE NACIONAL	38
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	42
4.2 PERCURSO FORMATIVO.....	47
4.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	58
4.4 REFERÊNCIA E FERRAMENTA	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE 1 - QUADRO DE HIPÓTESES	83
APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO	86

1 INTRODUÇÃO

Dentre as disciplinas obrigatórias no Currículo da Educação Básica brasileira, a Sociologia e a Filosofia podem ser consideradas as mais recentes. Em 2008, após longo período de ausência no currículo e de luta para seu retorno, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória em todas as séries do Ensino Médio e em todo o Brasil, juntamente com a Filosofia, por meio da Lei 11.684/08 (BRASIL, 2008). Essa inserção resultou em políticas públicas voltadas à formação de professores, à produção de material didático, além de incrementar pesquisas cujo objeto se relaciona ao ensino da Sociologia. Observamos, nesse contexto, crescente preocupação entre os pesquisadores da área para investigar o ensino escolar da Sociologia.

Anita Handfas (2013) apresentou um levantamento das produções científicas realizadas entre 1993 a 2010 sugerindo - ainda no período ligeiramente anterior à obrigatoriedade da disciplina - interesse crescente nos estudos acerca do ensino de Sociologia. Segundo levantamento de Handfas e Maçaira, em 2014, havia 43 dissertações e teses cujo objeto se relacionava ao ensino da Sociologia, sendo possível identificar, em seu conjunto, seis eixos temáticos principais: currículo, práticas pedagógicas e metodologias de ensino; institucionalização das Ciências Sociais; concepções sobre Sociologia escolar; formação e trabalho docente (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014). Com efeito, na mesma direção, Bodart e Cigales (2017) identificam, poucos anos após o levantamento de Handfas e Maçaira, 106 trabalhos defendidos, constatando uma ampliação de 74,4% em relação ao totalizado pelas autoras em 2014.

Diante desse crescimento, Carvalho e Handfas defendem a hipótese de que a institucionalização da disciplina no Currículo do Ensino Médio reforçou a autonomia dessa área, corroborando com a constituição de um subcampo de pesquisa (CARVALHO; HANDFAS, 2019).

O esforço para produção de material didático não foi menor. Entre as medidas significativas, destacamos a inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) a partir de 2012, além da criação de cursos de formação docente, o incremento de licenciaturas e investimento em programas como PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), o OBEDUC

(Observatório da Educação) e o PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas), voltados à área da Sociologia. Sem esquecer ainda, mais recentemente, a criação de programas de Mestrado Profissional em Ciências Sociais e Sociologia, o MPCS (Fundaj) e o PROFSOCIO. Destacamos também o esforço dos agentes envolvidos na formulação dos documentos oficiais de validade nacional, que fundamentam os sentidos e propósitos da disciplina no Ensino Médio, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), além dos documentos estaduais. O processo de formulação e aprovação desses documentos é fenômeno representativo das etapas de institucionalização da disciplina no Ensino Médio.

No entanto, observamos que o processo de consolidação da disciplina no Ensino Médio vem acompanhado por uma crise em relação às Humanidades. Tem sido crescente a incompreensão de certos setores da sociedade em relação à finalidade escolar da Sociologia. Sua legitimidade é questionada por certos grupos sociais, pais, professores e estudantes (BUENO; CARNIEL, 2018). Certamente, a Sociologia não é a única disciplina a enfrentar esses problemas que, a rigor, dizem respeito a um fenômeno mais abrangente, reunindo elementos complexos que não nos cabem discutir agora. De qualquer modo, é importante pontuar que sua inclusão no Currículo ocorreu concomitantemente ao agravamento de uma crise social e política que provocou demandas específicas para profissionais dessa área ao lidarem com o processo anti-intelectualista em curso.

Nesse sentido, a elaboração de materiais didáticos, em especial os livros, representa também a legitimação da Sociologia para além do espaço acadêmico, conferindo-lhe estatuto de disciplina científico-escolar. Observa-se incremento na qualidade da produção de livro didático de Sociologia nos últimos dez anos. No primeiro edital do PNLD, ao incluir livro didático de Sociologia, em 2012, o processo contou com quatorze obras inscritas, das quais duas foram selecionadas; em 2015, das treze obras inscritas, seis foram selecionadas e, finalmente, no PNLD 2018, foram doze obras inscritas e cinco delas foram selecionadas. Para Ana Martina Engerroff (2017) os livros didáticos têm funcionado como um forte capital simbólico para a legitimação da Sociologia e para a participação dos seus autores no subcampo do ensino de Sociologia.

Dessa maneira, o livro didático de Sociologia vem ganhando contornos que fazem dele um objeto de estudo em crescente evidência e consolidação. Além de significar, como indicam os resultados desta pesquisa, uma importante ferramenta de trabalho para docentes de Sociologia no Ensino Médio. Os trabalhos recentes que tomam o livro didático como objeto, buscam interpretá-lo sob o viés teórico, elaborando análises que vão desde a rotinização da disciplina por meio de seus manuais didáticos (MEUCCI, 2007), passando pela avaliação do livro como instrumento de ensino-aprendizagem das Ciências Sociais (DESTERRO, 2016), até a sua interpretação como capital simbólico para a produção de sentidos à disciplina (ENGEROFF, 2017).

No intuito de avançar a compreensão sobre o tema, a proposta de pesquisa aqui estabelecida envolve o entendimento do livro como uma ferramenta de trabalho e objetiva analisar como ocorre os usos dessa ferramenta por parte dos professores e professoras do Ensino Médio, além de mapear os principais fatores que possam interferir nas condições desse manuseio. Os dados analisados nesta investigação foram coletados a partir da aplicação de questionário virtual direcionado ao universo de docentes vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.

Esse recorte se deve a duas principais razões: primeiro, o vínculo institucional do docente de Sociologia ao Programa, que viabiliza o acesso à informação em uma ampla e diversa realidade territorial, possibilitando reunir dados de diferentes estados brasileiros; segundo, o reconhecimento do PROFSOCIO como um objeto relevante que, assim como o PNLD, é resultado de uma série de esforços para a consolidação de políticas de formação docente em Sociologia.

Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Ângela Maria de Sousa Lima (2017) analisaram a aprovação do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, considerando-o fruto de um cenário de perspectivas otimistas sobre o futuro da formação docente em Sociologia. O tom era de expectativas e entusiasmo sobre o Programa, representando um avanço considerável no âmbito das políticas de formação continuada para docentes de Sociologia.

[...] os agentes e as agências, tais como a CAPES e os programas de pós-graduação, têm respondido às demandas da formação continuada de docentes na pós-graduação stricto sensu, com ações concretas, mas ainda incipientes, iniciadas há poucos anos. Contudo, a chamada do PNPG-2011-

2020 é importante, do ponto de vista simbólico e político, pois conclama a elite de pesquisadores do país a se dedicarem à melhoria da Educação Básica como condição para a continuidade dos avanços da pesquisa nacional. (SILVA; LIMA, 2017, p. 48).

Examinar como professores e professoras dedicados à formação pós-graduada têm lidado com os livros didáticos, nos permite um olhar das confluências entre PNLD e PROFSOCIO, políticas que passam por alterações num cenário de instabilidades político-administrativas nos órgãos de fomento à pesquisa e naqueles responsáveis pela Educação Básica.

Portanto, a questão cerne desta pesquisa pode ser assim elaborada: como se dá o uso do livro didático de Sociologia por docentes da Educação Básica vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional? Para avançar no entendimento deste objeto, nos propomos a analisar as condicionalidades que envolvem o manuseio do livro didático de Sociologia e como os docentes estão operando com esse recurso disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático. Assim, nossas perguntas são as seguintes: o uso do livro é frequente? Esse uso está condicionado pelos alcances ou limites da formação dos docentes? Está relacionado às etapas da carreira profissional ou às condições do trabalho?

Ao buscar responder tais perguntas, selecionamos como melhor ferramenta a aplicação de questionário virtual dirigida ao universo de professores/as na situação de mestrandos/as do PROFSOCIO. Para conduzir a investigação, em primeiro lugar procedemos a um levantamento teórico que fundamentou a pesquisa e permitiu identificar como o objeto tem sido tratado nas produções acadêmicas das últimas décadas; em segundo lugar, formulamos um conjunto de hipóteses capazes de direcionar a construção do questionário de maneira criteriosa; posteriormente, recolhemos e analisamos os dados por meio da aplicação virtual do questionário, buscando testar as hipóteses e averiguar as condicionalidades envolvidas na operação intelectual e didática dos professores ao recorrerem (ou não) ao livro didático de Sociologia; por fim, buscamos apontar aspectos relevantes para a avaliação do livro didático como política pública, averiguando a aplicabilidade dessa política nas escolas brasileiras no que diz respeito à Sociologia.

O trabalho está organizado em uma estrutura cujo primeiro capítulo trata do percurso da Sociologia como política pública no país, especialmente no que se

refere à presença no currículo educacional e no Programa Nacional do Livro Didático, além das políticas de formação docente. O segundo capítulo, de caráter metodológico, apresenta os instrumentos de análise acionados no decorrer da pesquisa, bem como caracteriza o universo pesquisado. Por fim, o último capítulo reúne as principais condições sociais relacionadas ao uso do livro didático por professores e professoras de Sociologia, especialmente aquelas envolvidas com a formação docente, atuação profissional e acessibilidade de recursos.

2 SOCIOLOGIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

2.1 SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Há uma característica peculiar sobre o percurso da Sociologia no Brasil: a inserção da disciplina ocorreu primeiramente na Educação Básica antes mesmo de figurar como graduação no Ensino Superior¹.

No entanto, a inserção da Sociologia no Currículo da Educação Básica no Brasil foi intermitente². As primeiras referências positivas à sua contribuição para educação ocorreram em 1882, por Rui Barbosa. Em 1890, Benjamin Constant propôs que fosse ministrada nos cursos secundários a disciplina de Sociologia e Moral. No entanto, essas propostas não se concretizaram e, apenas em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, é que se tornou obrigatório o ensino da Sociologia na principal escola secundária da capital, sendo introduzida em todo o país em 1931. (SILVA, 2010). Essa obrigatoriedade sustentou-se até 1942, ano da Reforma Capanema, a qual retirou a Sociologia dos currículos. A partir de então, ela se manteve apenas nas escolas normais. Nos anos 1990, há sinais de um novo retorno no Ensino Médio regular, quando diferentes estados a incluíram como disciplina optativa em seus currículos. Apenas em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684/08³, a Sociologia se efetivou como disciplina obrigatória em todo território nacional e nas três séries do Ensino Médio.

Atualmente, novos percalços colocam o papel da Sociologia sob questionamento e afetam sua recente inclusão no Currículo⁴. A aprovação da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/17) e o debate sobre a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) têm traçado novos limites para a Sociologia como disciplina escolar e ainda permanece nebuloso seu futuro nas escolas brasileiras. Sabemos que sua presença dependerá das medidas que cada estado vem tomando no que diz respeito à composição de seus Currículos.

¹ Cf. Gomes (1994), Silva (2002), Liedke Filho (2003), Miceli (1989) e Oliveira (2013).

² Cf. Santos (2004), Silva (2010), Meucci (2011), Moraes (2011) e Oliveira (2013).

³ Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio brasileiro.

⁴ Cf. Oliveira; Binsfeld; Trindade (2018).

2.2 O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Desde sua mais recente inclusão como disciplina obrigatória no Currículo, são frequentes as ações que se relacionam à formulação de políticas públicas dedicadas à formação docente em Sociologia e à produção e distribuição de material didático da disciplina.

Analisemos a inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático. Em 2012, as primeiras obras didáticas de Sociologia passaram a compor o acervo do Programa. Para elucidar esse processo, inicialmente apontaremos algumas características do PNLD para, em seguida, tratar de modo específico a inserção da Sociologia nesse Programa.

O PNLD é o Programa que centraliza no Ministério da Educação tarefas de avaliação, compra e distribuição de livros para as escolas públicas de todo o país. É importante ressaltar que o Estado brasileiro não produz Livros Didáticos e, sim, os compra das editoras privadas e os distribui, depois de submetê-los a uma avaliação detalhada de sua qualidade. O Programa visa atender um direito dos estudantes de ter não apenas escola gratuita, mas também materiais escolares gratuitos. Seus antecedentes mais próximos podem ser encontrados em 1984. No entanto, as origens são mais remotas. Höfling (2000) sugere um panorama histórico, indicando várias fases que configuram a relação Estado/livro didático.

O início dessa relação, segundo Höfling (2000), é marcado pelo Decreto-Lei nº 1006 de 1938, durante a ditadura do Estado Novo, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático para censurar os livros em circulação. Em 1945, com a democratização, o Decreto-Lei nº 8460 redimensionou as funções da Comissão Nacional do Livro Didático, centralizando na esfera federal o poder de legislar sobre livros didáticos. Gradativamente, tais funções foram se descentralizando a partir das Comissões Estaduais do livro didático. De 1966 a 1971, a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) coordenou e executou atividades do MEC relacionadas à produção, edição, distribuição e aperfeiçoamento do livro didático. Em 1972, o Instituto Nacional do Livro assumiu a responsabilidade de promover e agilizar, em ação conjugada com as editoras, o programa de coedição de obras didáticas a partir do Programa do Livro Didático (Plid). Em 1976 a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename) sofreu modificações e passou a desenvolver

as atividades dos programas de coedição, ampliando a tiragem e possibilitando um mercado seguro de investimento para as editoras. Nesse momento, o Estado passou a ser identificado como um financiador de livros. Após oito anos, em 1984, finalizou-se o sistema de coedição, e o Estado passou a ser comprador de livros produzidos pelas editoras participantes do Plid. Finalmente, em 1985, o Programa passou a ser denominado PNLD e ganhou objetivos mais ampliados, como a meta do atendimento de todos os alunos de primeira a oitava série, em instituições públicas federais, estaduais, territoriais, municipais e comunitárias do país. A partir de 1996, o PNLD passou a ser executado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) (HOFLING, 2000). Em 2004, foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), passando a incluir a distribuição de livros também para estudantes desta etapa de ensino.

É importante ressaltar que, nesse percurso, incluindo Ensino Fundamental e Médio no Programa e atendendo todo o território nacional, o Estado promoveu um grande investimento para a obtenção de material didático. Nesse contexto, o Estado brasileiro tornou-se um dos maiores compradores de livros do mundo (MEUCCI, 2014), destinando importante quantia a grupos editoriais privados.

Considerado um programa de grandes proporções, só em 2018 o PNLD distribuiu 153.899.147 livros para o Ensino Fundamental e Médio, envolvendo a quantia de R\$ 1.467.232.112,09 (BRASIL, 2017b). Ainda que movimentando o mercado editorial brasileiro, a compra dessas obras direciona grande parcela do Tesouro para grupos editoriais espanhóis. Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2007) indicou a passagem da concentração de capital das editoras familiares nacionais para grandes grupos empresariais espanhóis e a abertura ao capital internacional promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 a 2002. A autora analisou a inserção do Brasil no mercado editorial íbero-americano e as transformações que esse movimento pode ter gerado sobre o Programa, evidenciando que o livro didático constituiu o principal elo entre Estado brasileiro e editoras privadas.

Como um dos principais programas da Política Pública educacional, o PNLD é tomado como uma política social altamente influenciada pela lógica de mercado (HÖFLING, 2000). Enquanto política social, o Programa atende princípios de maior democratização nas esferas de decisão e maior distribuição de benefícios sociais à

população focalizada. No entanto, notamos que a implementação do PNLD atende tanto aos princípios democratizantes de acesso à educação, como também corresponde aos interesses privados de grandes grupos editoriais.

Hofling (2000) apresenta o Programa como uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado para suprir uma demanda que se torna obrigatória com a Constituição de 1988. A partir daí, os programas suplementares alteraram seu caráter assistencial e conjuntural, passando a um preceito constitucional de caráter universalizante e obrigatório, pelo menos em termos legais, conformando uma tradição em tomar como função do Estado a distribuição gratuita de material didático. O Programa, inclusive, vem sendo mencionado e politicamente usado como demonstrativo do “sucesso” da política educacional brasileira (HÖFLING, 2000).

Ainda pouco delineadas, mudanças propostas pelo atual governo vêm tornando nebuloso o futuro do Programa, comprometendo o funcionamento do presente modelo⁵. Sendo imprudente formular conclusões antecipadas sobre tais mudanças, indicamos a necessidade de acompanhar atentamente a tomada de decisões e possíveis discussões a esse respeito.

2.3 SOCIOLOGIA NO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

A fim de tratar especificamente sobre a Sociologia no PNLD, faremos uma análise do Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 (BRASIL, 2017c), primeira edição a incluir a disciplina no Programa. Segundo o documento, esse processo se iniciou em 2009, reunindo uma Comissão Técnica e a equipe da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para a Educação Básica do MEC no intuito de estabelecer critérios eliminatórios para as obras inscritas relacionados aos aspectos físicos, legais, editoriais e teórico-metodológicos dessas obras (BRASIL, 2011). Foram estabelecidos como critérios específicos para a área de Sociologia:

1. Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia.
2. Garantir

⁵ Para mais informações, conferir matérias:

1- “Bolsonaro pode mudar livros didáticos para evitar ‘doutrinação’? Entenda...” (FORTE, 2020).
2-“Quais os limites do governo para alterar livros didáticos” (BERTONI, 2020).

que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas. 3. Permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social. 4. *Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia* (BRASIL, 2011, p. 8, grifo nosso).

A partir da conformação dos critérios que compõem o edital para as editoras, uma coordenação foi formada para a avaliação do processo e das obras, executada no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Levando cerca de dois anos entre a publicação do edital e a distribuição das obras para as escolas, os primeiros Livros Didáticos de Sociologia do PNLD foram disponibilizados em 2013. Nessa edição do Programa, foram inscritas 14 obras de Sociologia, tendo sido selecionadas apenas duas delas: “Sociologia para o Ensino Médio”, de Nelson Dácio Tomazi (Editora Saraiva), e “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”, de Helena Maria Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros (Editora do Brasil).

Em 2015, o segundo edital do PNLD que contemplou a disciplina de Sociologia manteve semelhantes critérios de avaliação, mas assinalou uma tendência em contemplar de maneira mais específica o docente na composição dessa política. Engerroff (2017) observou um novo direcionamento ao docente no segundo edital:

[...] o primeiro destinava-se aos “alunos do ensino médio”, enquanto que o segundo engloba “professores e alunos da rede pública”, passando a entender que o professor também é consumidor do livro didático e que o livro é parte da construção pedagógica. (ENGERROFF, 2017, p. 89).

Notamos que, ao longo das diferentes edições, cresce o direcionamento aos professores como parte relevante dessa política. No primeiro edital a incluir a Sociologia, foi sinalizado o auxílio da ferramenta para o trabalho docente, e, no segundo, conforme assinala Engerroff (2017), esse direcionamento torna-se mais específico, incluindo professores e alunos como público do programa. Sendo assim, entendemos o livro didático de Sociologia, como suporte didático para estudantes e, ao mesmo tempo, ferramenta de trabalho para docentes da Educação Básica.

Em comparação com a edição anterior, o edital de 2015, executado no âmbito da Universidade Federal do Paraná, contou com maior número de

avaliadores para a área (aumento de 15 para 26) e com maior número de obras selecionadas (de 13 obras inscritas, seis foram selecionadas). No decorrer do documento, no item direcionado ao processo de avaliação, observamos enfoques de diferentes intensidades sobre o papel do docente da Educação Básica nessa etapa.

Sobre a composição da equipe técnica de avaliadores, a primeira versão do Guia a incluir Sociologia nos diz:

Vários foram os critérios para a composição do grupo de pareceristas: todos são professores com formação em Ciências Sociais, pertencentes a diferentes instituições públicas. Outro cuidado na formação dessa equipe foi a escolha de professores de diferentes regiões para que distintas realidades do ensino de Sociologia pudessem ser consideradas na avaliação dos livros didáticos. No entanto, o critério mais importante foi o de compor uma equipe formada tanto por professores de instituições de ensino superior, como da educação básica. Assim, contamos com uma equipe de pareceristas com diferentes vínculos com a realidade do ensino e da formação do professor de Sociologia na educação básica. (BRASIL, 2011, p. 9).

Notamos desde então, a preocupação em incluir no processo de avaliação tanto professores do Ensino Superior quanto da Educação Básica, compondo uma equipe vinculada de diferentes modos ao ensino e à formação docente, levando em conta a diversidade regional do país. No Guia 2015, observamos um desdobramento dessa preocupação, sendo o aspecto sobre Educação Básica o primeiro a ser mencionado no item “Processo de Avaliação”:

O critério principal para a escolha dos avaliadores foi a relação de cada um de seus membros com o ensino de sociologia na escola básica. Dessa forma, a equipe foi formada por professores do ensino superior, em sua maioria atuando com a metodologia e a prática de ensino e por professores de sociologia que atuam na escola básica. Outro critério importante para a escolha foi a regionalidade, sendo assim, buscou-se compor uma equipe representativa das diversas regiões do Brasil, assegurando uma variedade de olhares sobre o livro didático, tendo em vista a diversidade sociocultural da escola nessas diversas regiões do país. (BRASIL, 2014, p. 8).

Além de aparecer como primeiro e mais importante critério para a escolha dos avaliadores, a relação com a Educação Básica também se mostra relevante no sentido de priorizar docentes do Ensino Superior que atuam com metodologia e prática de ensino para a escola básica. Pelo menos em termos textuais, esse último documento parece focalizar de maneira mais contundente a importância do docente da Educação Básica para o processo de avaliação das obras didáticas do PNLD. Além da narrativa textual, esse item vem acompanhado, no Guia 2015, por um mapa

ilustrativo que demonstra a incidência de profissionais da Educação Básica e Educação Superior, distribuídos por Região do país.

FIGURA 1 - ÁREA DE ATUAÇÃO GUIA PNLD 2015



Fonte: Guia PNLD 2015

Avançando nessa comparação, é possível notar relativa diferença entre os dois primeiros documentos no que diz respeito ao número de avaliadores diretamente ligados à Educação Básica. No Guia 2012, dos 15 avaliadores, quatro eram docentes na Educação Básica, nas Redes estaduais do Rio de Janeiro e Distrito Federal (BRASIL, 2011). No Guia 2015, como ilustra a Figura 1, dos 26 avaliadores, oito figuram em quadros docentes do ensino Básico, sendo distribuídos entre os estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Sergipe (BRASIL, 2014).

Esse aparente movimento crescente no sentido da preocupação com a Educação Básica, expresso nas narrativas dos agentes envolvidos nessa política, pode estar relacionado a condicionantes mais amplos, como por exemplo, o amadurecimento de disputas no campo da Sociologia, dado o tempo de obrigatoriedade da disciplina e seu processo de legitimação, direcionando os agentes ao subcampo do ensino da Sociologia e, consequentemente à Educação Básica. Como sugere Ana Martina Engeroff (2017), o PNLD é espaço de diferentes interesses.

[...] envolvendo o campo político, o econômico, o acadêmico, o de ensino, enfim, uma série de agentes que vão modelar os currículos para o ensino de sociologia através do livro didático. (ENGERROFF, 2017, p. 88).

Envolvendo agentes de diferentes instituições, principalmente as de Ensino Superior, as disputas em torno da definição do Currículo, dos paradigmas epistemológicos que sustentam os conteúdos e da formatação da política de Livros Didáticos são fenômenos ligados, em grande medida, ao subcampo do ensino da Sociologia.

Desta forma, o processo do PNLD apresenta um forte legitimador do subcampo do ensino de sociologia, possibilitando a reunião dos interesses dos diferentes agentes em torno da disciplina e do seu material didático. As avaliações dos livros, em último termo, passam pela aprovação do subcampo, formado por especialistas, centralizando o formato e os conteúdos dos livros didáticos – e, por conseguinte, do ensino de sociologia. (ENGERROFF, 2017, p. 90).

Aventamos a hipótese de que o tempo de obrigatoriedade da Sociologia somado a outros fatores legitimadores da disciplina na escola brasileira, como a aprovação de documentos norteadores, a própria circulação dos Livros Didáticos do PNLD anterior e até mesmo o crescente enfoque do ensino da Sociologia como objeto de pesquisa, contribuíram com a maior proximidade dos agentes do PNLD à realidade da Educação Básica. Mesmo que esses agentes estivessem, em sua maioria, ligados também a instituições de Ensino Superior, como aponta Engerroff (2017), esse processo de disputa se deu pela contribuição de agentes de diversos campos, expressando grande vinculação ao ensino de Sociologia.

O último Guia publicado do PNLD 2018 segue indicando relação aproximada com a Educação Básica na composição da comissão de avaliadores. Nessa edição do PNLD, (BRASIL, 2017a) a comissão foi composta por 24 avaliadores dos quais dez eram vinculados à Educação Básica. Foram então selecionadas cinco das doze coleções⁶ inscritas no edital. No entanto, a formação dessa comissão responde a um critério distinto dos editais anteriores, que diz respeito à titulação necessária para compor a equipe.

⁶ O termo coleção diz respeito à composição de dois volumes: o livro do estudante e o manual do professor, além das edições impressas e digitais.

Considerando a natureza do trabalho de avaliação do livro didático, os seguintes critérios foram levados em conta para a indicação dos avaliadores: (1) formação em ciências sociais/Sociologia; (2) ter cursado o doutorado; (3) regionalidade; (4) professores universitários de diferentes instituições superiores de ensino com experiência na formação de professores; (5) professores de Sociologia do Ensino Médio. Dessa forma, foi possível constituir uma equipe heterogênea em sua composição e a mais equilibrada possível, de modo que a avaliação dos livros didáticos passou por diferentes olhares, tendo em vista as distintas realidades do ensino de Sociologia em diferentes regiões e estados do país. (BRASIL, 2017a, p. 9).

Diferente dos documentos anteriores, nessa versão, o critério relacionado à Educação Básica consta no último item listado, depois de ser mencionada a desejável experiência dos professores de Ensino Superior com formação de docentes e a especificidade em ter cursado o doutorado. O caso pode ser representativo da busca pela qualidade no processo avaliativo, mantendo um elevado nível de titulação dentre os agentes, como também pode contribuir para a centralização dessas disputas no campo científico/acadêmico em detrimento do campo do ensino. Não cabe nesta investigação dar respostas a essas hipóteses, mas registramos a possibilidade em apurar as análises sobre as disputas constituintes do processo de avaliação na política de Livros Didáticos.

Corroborando com esta análise, Engerroff (2017) sugere que

[...] ainda que haja participação dos professores nos processos avaliativos dos livros didáticos, a vinculação que prepondera é do subcampo do ensino de sociologia, enquanto campo científico. (ENGERROFF, 2017, p. 90).

A autora também chama a atenção para o aspecto territorial envolvido na avaliação do PNLD, dado que, nas três edições que incluem a Sociologia, as Universidades executoras localizam-se nas Regiões Sul e Sudeste,

[...] sendo no PNLD 2012 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no PNLD 2015 a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no PNLD 2018 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estes locais têm forte vinculação com o ensino de sociologia enquanto subcampo, mas também revelam o quanto da produção legitimada está vinculada a estas regiões. O mesmo se verificará quando da autoria dos livros didáticos, havendo uma conformação espacial (na posição do campo) de quem produz e avalia os materiais didáticos. (ENGERROFF, 2017, p. 90-91).

É interessante nos perguntar em que medida a concentração regional de autores e avaliadores das obras didáticas do PNLD no eixo sul-sudeste interfere nos

resultados dessa política. Entretanto, para os objetivos da presente investigação, cabe mais a análise sobre as fases finais dessa política, buscando avançar na questão da distribuição e manuseio das obras e propondo novas análises sobre as condicionalidades envolvidas no uso do livro didático de Sociologia, procurando ir além do processo autoral e avaliativo.

2.4 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE: MPCS E PROFSOCIO

Com o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009⁷, a CAPES, maior órgão de fomento à pós-graduação no Brasil, passou a ter sua atuação disciplinada com vistas à elaboração de programas de formação inicial e continuada de docentes para a Educação Básica. Ficaram estabelecidos, no art. 3º deste Decreto, os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, dentre eles, destacamos: apoiar a oferta e ampliação dos cursos de formação inicial e continuada para docentes em instituições públicas de ensino superior; promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada; promover a valorização do docente no sentido de estimular o ingresso, a permanência e a progressão na carreira; e reforçar a formação continuada como prática escolar regular que atenda às características culturais e sociais das diferentes regiões do país (BRASIL, 2010).

Em 2010, a CAPES publicou o PNPG 2011-2020 (Plano Nacional de Pós-Graduação) em paralelo ao PNE (Plano Nacional de Educação). Esse documento introduziu uma dimensão da formação docente vinculada a todas as etapas da educação, inclusive a pós-graduação. Nessa edição do Plano, a CAPES incorporou às suas demandas a formação de docentes para a Educação Básica, convocando todos os programas de todas as áreas a “realizarem algo pela Educação Básica” (SILVA; LIMA, 2017). Uma breve análise do documento nos permite afirmar que há uma preocupação dos órgãos envolvidos em melhorar a qualidade da educação brasileira e, para isso, sugerem uma relação de interdependência entre todos os

⁷ Dispõe sobre a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada. Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Para os interesses dessa pesquisa, as mudanças não são determinantes, portanto, optamos por manter o texto do Decreto anterior, de 2009.

níveis da educação, incentivando os Programas de pós-graduação a acolherem a demanda de formação continuada para docentes da Educação Básica.

O PNPG 2011-2020, dividido em dois volumes, dedica um capítulo à Educação Básica. No Volume I, o Capítulo 8, intitulado “Educação Básica: um novo desafio para o SNP” aborda temas como a relação entre pós-graduação e melhoria da qualidade do nível básico de educação, os padrões mínimos de qualidade da educação, a formação e valorização de docentes, objetivos, atribuições, responsabilidades e gestão da escola. Ao longo de vinte páginas, a CAPES nos indica, nesse documento, a demanda por compreender de forma correlacionada os desafios da escola, da formação inicial e continuada, do ensino superior e da pós-graduação no Brasil. O argumento central gira em torno do potencial estratégico da pós-graduação em contribuir com a melhoria dos resultados da Educação Básica, visto que o número de programas que dedicava esforços a essa etapa do ensino era reduzido àquele momento.

Apesar de muitos cursos de pós-graduação terem dedicado esforços para o estudo de questões ligadas à educação básica, verificamos que ainda são pouco visíveis os resultados dos mesmos, seja pelo tamanho do problema seja porque esses estudos evitam determinados assuntos ligados diretamente à sala de aula. Os resultados alcançados pela educação básica ainda continuam abaixo do esperado. Por isso, esse é um momento do Sistema Nacional de Pós-Graduação adotar esse tema como estratégico e estudá-lo de uma forma integral, envolvendo todas as áreas do conhecimento. (BRASIL, 2010, p. 177).

Nesse contexto, programas de fomento à formação docente passaram a ser formulados, implementados e/ou ampliados, tais como o OBEDUC (Observatório da Educação), o PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas), PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores) e Programas diversos de Mestrado Profissional. A CAPES recomendava a ampliação dos editais já existentes destinados à formação e valorização docente e o estímulo aos cursos de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento por participarem nas questões da qualidade da Educação Básica.

No caso da Sociologia, essas recomendações somadas à trajetória específica da disciplina, representaram estímulo fundamental para a abertura de um Programa de Mestrado Profissional em Ciências Sociais. Pioneiro na área, o MPCS

foi implementado em 2012 no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco.⁸ A primeira turma ingressou no segundo semestre de 2013, e o processo seletivo contou com 97 inscrições das quais 69 foram homologadas e 17 aprovadas no processo seletivo, preenchendo as 15 vagas disponibilizadas para a realização do curso naquele período (ZARIAS; MONTEIRO; BARRETO, 2014). Para esses autores, o Programa representava um importante núcleo para a circulação do conhecimento científico das Ciências Sociais mediado ao ensino da Sociologia como disciplina escolar.

[...] destacamos alguns pontos para enquadrar a criação do MPCS no horizonte do ensino de Sociologia: as Ciências Sociais como espaço de circulação de conhecimentos, onde o ensino médio, a graduação e a pós-graduação compõem um sistema integrado de aprendizado, produção e difusão do pensamento científico; o papel do professor do ensino médio como mediador entre a Sociologia praticada como ciência e aquela ensinada como disciplina; e, finalmente, a importância da pesquisa no processo de ensino e aprendizagem, não importa o nível de formação, tornando-se como ponto de partida uma interpretação da “imaginação sociológica” de Mills (1965) até então pouco explorada. (ZARIAS; MONTEIRO; BARRETO, 2014, p. 132-133)

Partindo de Mills (1965), os autores sugerem que a formação continuada por meio do MPCS possibilitaria, ao docente de Sociologia, reunir competências para a mediação entre o saber científico e o escolar por meio da imaginação sociológica.

Como mais um dos desdobramentos da intervenção da CAPES na formação continuada dos docentes da Educação Básica, destaca-se, ainda, o Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS) da Fundação Joaquim Nabuco [...] que está dando direção e suporte para o novo empreendimento da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS e da Universidade Estadual de Londrina-UEL: o Mestrado Profissional em Rede para o Ensino de Sociologia - ProfSocio. (LIMA; SILVA, 2017, p. 47).

Paralelamente ao MPCS, ocorre a implantação, em 2017, do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, o PROFSOCIO. Ações comprometidas de profissionais da Sociologia, da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) e de órgãos de fomento à pesquisa como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado do Pernambuco) e a FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco), contribuíram com a formulação de Programas de Pós-Graduação

⁸ A FUNDAJ é uma instituição de pesquisa em Ciências Sociais fundada por Gilberto Freyre em 1949, atualmente ligada ao MEC com foco à área da Educação.

dedicados à formação *stricto sensu* de professores. O MPCS forneceu as bases para, em 2016, ser aprovado o PROFSOCIO em Rede Nacional, ampliando consideravelmente o alcance da política de formação docente para a área da Sociologia.

Em 2018 ingressaram as primeiras turmas do PROFSOCIO, somando 176 matriculados⁹, dos quais 43 eram bolsistas. No ano de 2019, novas turmas ingressaram, com um número de 88 matrículas, incluindo 21 bolsistas, dentre todas as associadas. Totalizando um universo de 264¹⁰ mestrandos provenientes de, ao menos, cinco estados brasileiros¹¹. Os cursos acontecem concomitantemente em nove instituições associadas, são elas: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ-PE), Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA-CE), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Campus Marília, SP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus Campina Grande e Campus Sumé, PB); Universidade Federal do Ceará (UFC-CE), Universidade Federal do Paraná (UFPR-PR), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PE).

A amplitude nacional do Programa nos possibilita reunir elementos para a compreensão de uma vasta e diversa realidade territorial no que diz respeito à política educacional de formação docente e material didático. Por esse motivo, tomamos o PROFSOCIO como nosso universo de pesquisa e, no próximo capítulo, trataremos de dimensionar o alcance de um programa em rede nacional.

⁹ De um total inicial de 178, dos quais dois foram desligados.

¹⁰ Dados gentilmente cedidos pela secretaria nacional do PROFSOCIO de acordo com os registros da Plataforma Sucupira.

¹¹ Há considerável número de mestrandos/as que se deslocam de outros estados para cursar as disciplinas, extrapolando a distribuição geográfica dos estados onde há instituições associadas. Chegando a envolver 50 diferentes municípios de, ao menos, 10 estados.

3 CARACTERIZANDO O UNIVERSO DE PESQUISA

3.1 CONSTRUINDO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

O interesse pelo objeto desta pesquisa partiu de minha trajetória acadêmica e a atuação profissional como docente de Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública no estado do Paraná. Essa trajetória permitiu um olhar interessado nas objetividades e subjetividades da prática docente, além de gerar questionamentos sobre tal prática, que só poderiam ser respondidos a partir do rigor da pesquisa científica¹².

Dentre as diversas questões pertinentes de análise, me despertou especial interesse o tema do livro didático. Em 2018, um valor superior a Um Bilhão de Reais¹³ foi investido na compra de Livros Didáticos pelo Estado brasileiro via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Conforme acabo de discutir, produzidos por grupos editoriais privados e distribuídos pelo Ministério da Educação a todas as escolas públicas do território nacional, os livros didáticos parecem ser o principal elo entre Estado brasileiro e mercado editorial.

No que diz respeito ao livro didático de Sociologia, objeto deste estudo, observa-se duas particularidades que demandam análise: a) funciona como um sistematizador da Sociologia na Educação Básica, já que determina um conjunto de conteúdos prioritários e, em certa medida, orienta as escolhas didáticas dos docentes; b) é recente a inclusão da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático (desde 2012).¹⁴ Somadas, essas particularidades fazem do livro didático de Sociologia um objeto de estudo em crescente evidência. Thayene Gomes Cavalcante (2015), Fábio Braga do Desterro (2016), Ana Martina Engerroff (2017) são alguns exemplos contemporâneos de pesquisas dedicadas a compreender os Materiais Didáticos de Sociologia.

Sabe-se que o investimento via Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) sobre as grandes editoras que fornecem Livros Didáticos às escolas públicas é

¹² A opção por escrever este tópico em primeira pessoa se deve a um entendimento sobre metodologia que vincula a objetividade da ciência às subjetividades da pesquisadora.

¹³ Precisamente R\$ 1.467.232.112,09, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>> Acesso em: 16/04/2019.

¹⁴ C.f. Silva (2010), Meucci (2011) e Moraes (2011).

superior a Um Bilhão de reais (R\$ 1.467.232.112,09), segundo dados de 2018 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os números evidenciam as proporções do Programa em questão, fazendo surgir uma série de questionamentos a respeito da implementação desta política em âmbito de sala de aula. Nesse sentido nos questionamos: o alto investimento em livro didático por parte do Estado tem refletido seu uso em sala de aula? Esses livros têm sido ferramentas eficazes no processo de ensino-aprendizagem em sociologia? A formação e/ou o vínculo de trabalho docente relaciona-se à sua opção de usar ou não o livro? Para investigar tais questões, partimos da hipótese central que o livro didático não vem sendo frequentemente utilizado por professores e professoras em sua prática docente. Essa hipótese se deve a observações empíricas que venho realizando nos últimos sete anos de trabalho em escolas da Rede Pública do Paraná, especificamente em Curitiba. O interesse que moveu esta pesquisa diz respeito à possibilidade deste quadro se reproduzir em outros estados ou, ainda, de haver especificidades regionais que possam dar outro sentido ao uso do livro didático.

Somado a esta hipótese central, reunimos um conjunto de questionamentos que se desdobram em diversas outras hipóteses, principalmente relacionadas à formação docente, recursos acessados pelos docentes, vínculo e jornada de trabalho docente e demandas curriculares. Para averiguá-las, o questionário virtual foi a ferramenta que nos pareceu mais adequada.

Os dados que serão apresentados foram colhidos a partir da aplicação de questionário virtual dirigido aos docentes da Educação Básica vinculados ao PROFSOCIO e que ministram ou ministraram aulas de Sociologia na Rede Pública de Ensino. É possível supor que Programas de Mestrado Profissional em Sociologia ou Ciências Sociais representam categorias de análise privilegiadas para investigações sobre políticas de formação docente, Ensino de Sociologia e uso do livro didático. Para avançar no entendimento desse objeto, nos propomos a analisar as condicionalidades que envolvem o manuseio do livro didático de Sociologia e como os(as) professores(as) estão operando com esse recurso disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático.

A construção do questionário seguiu estreitamente a via das hipóteses, buscando coletar dados que contribuissem para cercar o problema de pesquisa,

tanto quanto das correlações que orientam as hipóteses, como indicam Quivy e Campenhoudt (2005) ao tratarem do uso do questionário como ferramenta de observação e coleta de dados. Consideramos a possibilidade de conduzir entrevistas semiestruturadas a uma amostra menor da população investigada; no entanto, a distância entre as regiões que compõem o universo e a indisponibilidade de tempo devido à jornada de trabalho escolar, impossibilitou o uso dessa ferramenta. Assim, nos asseguramos em estruturar um questionário que pudesse garantir os princípios científicos e extrair de maneira criteriosa os dados necessários à condução da pesquisa.

O questionário, voltado ao universo dos/as professores/as vinculados ao PROFSOCIO como mestrandos/as e aplicado por meio virtual, foi direcionado à coordenação nacional do programa que, por sua vez, o redirecionou às coordenações regionais. Os/as mestrandos/as foram convidados a participar pelos/as secretários/as e docentes do programa, e a adesão foi voluntária, o que exigiu solicitar colaboração com relativa insistência. Foram ao menos cinco tentativas de comunicação com mestrandos, via secretaria nacional e regional, para que o número de respostas registradas fosse razoável. A dificuldade em reunir um maior número de respostas pode ter tido diversas causas, o que nos leva a questionar, por exemplo, se a jornada de trabalho como docentes na Educação Básica dificulta o envolvimento em pesquisas, ou ainda, se a relação da pesquisadora com o universo de pesquisa possa ter gerado impasses na adesão ao questionário¹⁵.

De todo modo, a amostra de 70 questionários obtidos tem significativa expressão e permitiu a melhor compreensão desse universo e sua relação com o livro didático. Para expor os instrumentos de análise, o questionário será disponibilizado em apêndice.

A etapa dessa pesquisa que demandou maior atenção corresponde àquela relacionada à tabulação e tratamento dos dados. A demanda por análises estatísticas foi se apresentando de maneira mais categórica ao longo do trabalho, exigindo esforços pessoais que aproximasse as leituras sociológicas ao tratamento quantitativo dos dados. Buscando por referenciais que sirvam de apoio a este tipo de

¹⁵ Visto que a pesquisadora é também, tal qual os docentes questionados, mestrandas vinculada ao PROFSOCIO.

abordagem, acolhemos o argumento de Marion Selz (2015), que busca avançar a polêmica dicotomia entre os métodos quantitativos e qualitativos, sugerindo uma imbricação das análises estatísticas e sociológicas.

Uma postura quantitativa, quando um pesquisador nela se engaja, pode assumir diferentes formas. Pode tratar-se de simples dados de enquadramento indicados em pano de fundo, dando uma ideia de extensão de um fenômeno [...]. Mas as estatísticas podem também estar mais intimamente ligadas ao objetivo fundamental do sociólogo, que é o de compreender as causas que regem os fenômenos sociais. Trata-se então de analisar as relações entre diversos fatores e características, de buscar regularidades, testando hipóteses e buscando desvendar, às apalpadelas e de forma exploratória, coisas insuspeitadas. (SELZ, 2015. p. 203).

Apoiando-nos na concepção que toma as posturas quantitativas como parte fundamental numa análise sociológica, a qual busca compreender as causas e regularidades de um fenômeno social, procuramos elaborar uma base de dados capaz de fornecer elementos para nossa interpretação a respeito da problemática do livro didático. Sabemos que tal base de dados não revela, por si só, as condicionalidades envolvidas no fenômeno estudado, no entanto, tampouco seria possível, sem esse aporte, formular afirmações a respeito do uso do livro didático, levando em conta as especificidades dessa pesquisa. Sobre isso, ainda nos apoiamos em Selz (2015), concordamos que

As bases de dados, matéria-prima das estatísticas, são uma representação dos fenômenos sociológicos, passada pelo filtro de pesquisas e de questionários elaborados por seus criadores. Estas bases às vezes são um pouco mitificadas, vistas como matéria preciosa, fazendo objeto de expectativas esperançosas quanto ao interesse que elas podem aportar à pesquisa enquanto tal. Tais expectativas devem ser relativizadas; elas não são sistematicamente realizáveis. A expressão “base de dados” é inopportuna já que enganosa, dando a ilusão de objetividade e de exaustividade e revestindo de certa evidência a representação da realidade. Esta expressão não corresponde, portanto, a nenhuma das últimas exigências apontadas. Ela é fabricada de uma série de elementos por aqueles que a concebem e a produzem; [...] seja qual for a fonte da qual os dados emanam, sua construção é subjetiva, guiada por objetivos, por motivações, por hipóteses, por *a priori* refletindo eventualmente um pensamento teórico. Com efeito, as bases de dados são o resultado de uma verdadeira operação intelectual balizada em inúmeras escolhas quanto aos elementos da realidade a descrever, à forma de descrevê-los, à maneira de coletá-los. (SELZ, 2015, p. 204).

Partindo dessa concepção, ressaltamos que as interpretações reunidas ao longo deste trabalho não encerraram, de modo algum, as possibilidades de análise que nossos dados poderiam fornecer. É certo que os resultados obtidos por meio de nossa base de dados estão fortemente alinhados ao olhar da pesquisadora, correspondendo às subjetividades específicas desse ponto de vista. Nesse sentido, impuseram-se limitações sobre as quais não pudemos avançar, levando em conta as escolhas metodológicas que se fizeram necessárias ao decorrer do trabalho. Dentre elas, assinalamos a especial dificuldade em elaborar as equações numéricas que permeiam esse trabalho. Visto que a análise estatística foi uma demanda que se impôs à pesquisa, vale ressaltar que tal análise se deu a partir de um raciocínio fortemente formatado pelas Ciências Sociais.

Avançando na descrição das etapas percorridas, esperando assim, contribuir com a transparência do fazer científico, cabe mencionar a experiência com a construção primária dos dados a partir de uma via bastante indutiva de interpretação e formulação dos dados brutos. Coletar descrições objetivas sobre um fenômeno, transformá-las em dado e, a partir dele, formular interpretações sobre a realidade que o circunda, certamente são demandas que representam a etapa mais desafiadora desta pesquisa. Para percorrê-las, foi necessário realizar diversas leituras sobre ferramentas de tabulação de dados, elaboração de tabelas e gráficos, busca por softwares que pudessem auxiliar nas tarefas e participação em cursos de formação para utilização desses recursos¹⁶.

Após essa fase, iniciei com a tabulação dos dados, transpondo todos os registros do questionário a uma planilha do *Excel*, o que possibilitou a construção de tabelas dinâmicas que melhor delinearam os dados coletados. A partir daí, procuramos cruzar diferentes variáveis que pudessem evidenciar os fatores sociais envolvidos no fenômeno em questão. Realizar essa etapa a partir das ferramentas disponibilizadas pelo Excel demandou cerca de dez meses de trabalho e, em fases conclusivas, considero importante mencionar que coincidiu com o advento da pandemia provocado pela Covid-19, afetando de maneira drástica a produtividade e desenvolvimento da pesquisa.

¹⁶ Curso sobre Softwares de tratamento de dados qualitativos como o Nvivo. A ferramenta pareceu pertinente num primeiro momento, mas a indisponibilidade de uma versão financeiramente acessível somada à preponderância dos dados quantitativos que se impuseram nessa análise, tornaram inviável a opção pela utilização da mesma.

Ainda que distante da exaustão dos dados, foi possível extrair deles valiosas informações que nos permitiram melhor compreender a maneira pela qual docentes de Sociologia da Educação Básica fazem uso do livro didático, sendo possível apresentar, na forma de gráficos, tabelas, descrições e análises, o significativo impacto que a política de material didático vem desempenhando no Ensino da Sociologia.

Por fim, procuramos cotejar a análise dos dados quantitativos por meio de uma interpretação a respeito das respostas abertas, de caráter qualitativo. Para isso, após diversas leituras das 89 respostas dissertativas dadas as duas questões abertas, tracei a recorrência de termos, criando categorias e mapeando o contexto em que eram acionadas. Dessa forma, foi possível estabelecer uma interpretação mista dos dados que corroborou com as análises conclusivas dos resultados obtidos.

3.2 DIMENSÕES DE UM PROGRAMA EM REDE NACIONAL

Em busca de uma caracterização do Programa de mestrado que conforma nosso universo de análise - o PROFSOCIO - realizamos a leitura dos editais de seleção, reunimos informações sobre a execução do Programa, processos seletivos, corpo docente e linhas de pesquisa. Com isso, espera-se dimensionar o Programa, procurando evidenciar seu alcance enquanto política de formação docente para a área da Sociologia. O capítulo anterior deste trabalho incluiu breve discussão sobre o processo de implementação do PROFSOCIO¹⁷, aqui trataremos mais especificamente sobre a execução da política e os editais de seleção.

Parte das informações aqui reunidas está disponibilizada em site público¹⁸, ao passo que outras foram solicitadas na secretaria nacional do Programa que, gentilmente, forneceu os dados.

Segundo descrição contida no site do Programa e nos editais publicados,

O PROFSOCIO é um mestrado profissional oferecido gratuitamente, em nível de pós-graduação stricto sensu, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). O PROFSOCIO é um curso presencial, com oferta simultânea nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil

¹⁷ Cf. Tópico 1.4 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE: MPCS E PROFSOCIO.

¹⁸ Acesso <<https://profsocio.ufc.br/>>

(UAB), conduzindo ao título de Mestre em Sociologia. [...] Podem inscrever-se professores da rede pública da educação básica que ministram aulas de Sociologia e licenciados portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC. (PROFSOCIO, 2020).

Para concorrer às seleções, o candidato ou candidata precisa ter cursado, necessariamente, uma licenciatura. No primeiro edital (UFC, Edital 01/2017), o critério de seleção dizia respeito à exigência de diploma em licenciatura, preferencialmente exercendo a docência em Sociologia, já na seleção de 2019, o edital (UFC, Edital 01/2018) menciona como critério o curso de licenciatura e o interesse pela área do ensino de Sociologia, no último edital - em fase de execução (UFC, Edital 01/2020) passa a ser obrigatório o exercício profissional como docente das redes públicas de ensino, mas sem especificar a área de Sociologia. Em todo caso, apesar das diferentes exigências, a licenciatura segue como demanda obrigatória que conecta o PROFSOCIO à Educação Básica.

O curso se concentra na área do Ensino de Sociologia e mantém três linhas de pesquisa, conforme exposto no Art. 3º do Regimento PROFSOCIO (2019):

- I – Educação, escola e sociedade;
- II – Juventude e questões contemporâneas;
- III – Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

O mesmo documento, ao tratar sobre a composição do corpo docente, informa, em seu Artigo 12º, os critérios adotados para vinculação dos docentes ao Programa

O corpo docente do ProfSocio em cada Instituição Associada é constituído por docentes permanentes, visitantes e colaboradores de acordo com o respectivo regimento geral de cursos de pós-graduação stricto sensu e os critérios vigentes na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), inclusive o Documento de Área de Sociologia. §1º O núcleo permanente do Curso deve ter no mínimo oito docentes que atendam aos seguintes critérios: I – ter obtido o título de Doutor ou Mestre há pelo menos um ano; II – comprovar experiência em orientação acadêmica de monografia, iniciação científica, mestrado ou doutorado; III – apresentar produção intelectual coerente com a proposta pedagógica do ProfSocio e de acordo com o documento vigente para a área de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (PROFSOCIO, 2019, p. 5).

Atendendo a esses critérios, o corpo docente da Rede conforma um total de 119 professores e professoras, distribuídos entre as Instituições associadas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 1 – NÚMERO DE DOCENTES POR ASSOCIADA

Instituição Associada	Número de professores
Fundaj	16
UEL	15
UNESP	14
UVA	14
UFC	10
UFCG	23
UFPR	11
UNIVASF	16
TOTAL	119

Fonte: elaboração da autora

Em relação ao formato do curso, sabe-se que é necessário, aos/as mestrando/as, cumprir uma carga-horária de 450 horas, dividida entre 30 créditos de disciplinas cursadas (incluindo seis obrigatórias e duas optativas) e 12 créditos que correspondem à redação do trabalho de conclusão. Tendo cumprido tal demanda, recebe-se o título de mestre em Sociologia.

Os processos seletivos regidos por editais específicos visam selecionar os candidatos a partir da aplicação de exame nacional, além da submissão de carta de intenções e/ou projeto de pesquisa (variando conforme edital), análise de currículo *lattes* e entrevista por banca examinadora.

Ao todo, ocorreram duas seleções anteriores e uma ainda em estágio de desenvolvimento. Em 2018, na primeira seleção, foram disponibilizadas 192 vagas, distribuídas entre nove Instituições associadas, conforme visualizamos na figura abaixo.

FIGURA 2 - VAGAS DISPONIBILIZADAS NO PRIMEIRO EDITAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR ASSOCIADA	MUNICÍPIO	VAGAS
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	Recife – PE	30
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina – PR	16
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)	Sobral - CE	18
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – campus Marília	Marília - SP	32
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - campus Campina Grande	Campina Grande - PB	30
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - campus Sumé	Sumé - PB	26
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Fortaleza - CE	15
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba - PR	10
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	Juazeiro - BA	15

Fonte: Edital PROFSOCIO (2017)

Podemos observar que o maior número de vagas foi disponibilizado na região Nordeste (134 vagas para seis instituições) e o restante das vagas se dividem entre Sudeste (32 vagas para uma instituição) e Sul (26 vagas para duas instituições), sendo que o maior número de associadas corresponde a Instituições Federais (5), das quais três delas são sediadas em regiões interioranas do país; além de três Instituições Estaduais, também situadas no interior. Podemos então considerar que a abrangência do programa se estende desde as regiões da caatinga, às capitais litorâneas, passando por pequenas cidades e grandes centros urbanos. Trata-se de uma política com público geograficamente heterogêneo. Esse quadro se repete nos editais seguintes, com alterações apenas no que diz respeito ao número de vagas.

No edital de 2018, foram ofertadas 192 vagas; em 2019, 128 vagas e, neste ano, são 137, sendo que, na primeira seleção, foram 835 inscritos, na segunda, 336 e, nessa atuação seleção, 402 inscritos; um total de 1519 inscrições em três anos de existência do Programa. Tal quadro indica uma considerável procura por formação profissional *stricto senso* em Sociologia, considerando o contexto político cujas expectativas sobre a disciplina tornam-se nebulosas frente às reformas em curso.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

O tratamento dos dados coletados para esta pesquisa possibilitou conhecer o perfil de docentes que se dedicam a uma formação pós-graduada em Sociologia, principalmente no que se refere ao contexto sociodemográfico, ao percurso formativo, às condições de trabalho e atuação profissional.

As tabelas abaixo resultam da análise de 70 questionários coletados dentre os docentes de Sociologia vinculados ao PROFSOCIO. O número de matrículas incluindo as turmas de 2018 e 2019 soma 264 mestrandos. Sendo assim, nossa amostra representa 26,5% do universo pesquisado, também respeitando um percentual mínimo por região. Iniciando pelos dados pessoais, a tabela abaixo demonstra a faixa etária da amostra.

TABELA 2 - IDADE

Idade	Contagem de Idade	%
22-26	4	5,7
27-31	10	14,3
32-36	21	30,0
37-41	14	20,0
42-46	11	15,7
47-51	3	4,3
52-56	3	4,3
57-61	3	4,3
62-66	1	1,4
Total Geral	70	100,0

Fonte: elaboração da autora

Nota-se a preponderância de docentes na faixa etária entre trinta e dois e quarenta e um anos, conformando 50% do universo pesquisado, em seguida, somando 30%, docentes entre quarenta e dois e sessenta e seis anos. Os mais jovens docentes, com idades entre vinte e dois e trinta e um anos, correspondem a 20% do universo da pesquisa, indicando tratar-se de um grupo heterogêneo em relação à idade. Tal quadro reflete a média de idade dos demais professores de Sociologia brasileiros. Segundo dados analisados por Bodart e Sampaio-Silva

(2019), a média de idade desses docentes é de 41,2 anos, mesma média para os docentes de todas as disciplinas.

Há relativo equilíbrio em relação ao gênero dos docentes questionados, os que se declaram como pertencentes ao gênero masculino somam 52,9% do total e as que se declaram como pertencentes ao gênero feminino totalizam 45,7%, além de uma docente que se declara transexual, como ilustra a tabela abaixo.

TABELA 3 - GÊNERO

Gênero	Contagem de Gênero	%
Feminino	32	45,7
Masculino	37	52,9
Transexual	1	1,4
Total Geral	70	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Ao analisar os dados fornecidos pelo Censo Escolar da Educação Básica do INEP de 2017, Bodart e Sampaio-Silva (2019) nos mostra a distribuição dos docentes de Sociologia por gênero e região, evidenciando a preponderância do gênero feminino em todas as regiões do país, conformando um universo de 58,5% de professoras e 41,5% de professores. A maior diferença entre os gêneros registra-se no Sul do país, onde 62,7% dos docentes são do gênero feminino e 37,3% do gênero masculino. A menor disparidade é registrada na Região Sudeste. Dentre os docentes que acessam a formação profissional *stricto senso* por meio do PROFSOCIO, o índice sobre gênero nos informa uma situação ligeiramente oposta ao que mostrou Bodart e Sampaio-Silva (2019), indicando a demanda por futuras investigações que possam elucidar tal quadro.

O PROFSOCIO tem como importante característica estar sediado em diversos estados do país, principalmente ocupando as regiões interioranas. A tabela 3 apresenta o número de docentes que responderam ao questionário por estado, evidenciando que o maior número de respostas foi registrado no Paraná¹⁹.

A tabela abaixo reúne dados sobre a ampla realidade territorial na qual o Programa se organiza. Nota-se que o número de estados listados abaixo é superior

¹⁹ É provável que este número se deva à relação da pesquisadora com os mestrandos deste estado, visto que o pedido para responder ao questionário se deu pessoalmente, diferentemente das demais regiões, onde a adesão dos mestrandos à pesquisa se deu apenas por meio de solicitação virtual.

ao número de estados que o Programa atende oficialmente, visto que muitos mestrandos residem e/ou trabalham em um determinado estado e fazem o curso em outro. Sendo assim, as 70 respostas registradas originaram-se de 10 diferentes estados.

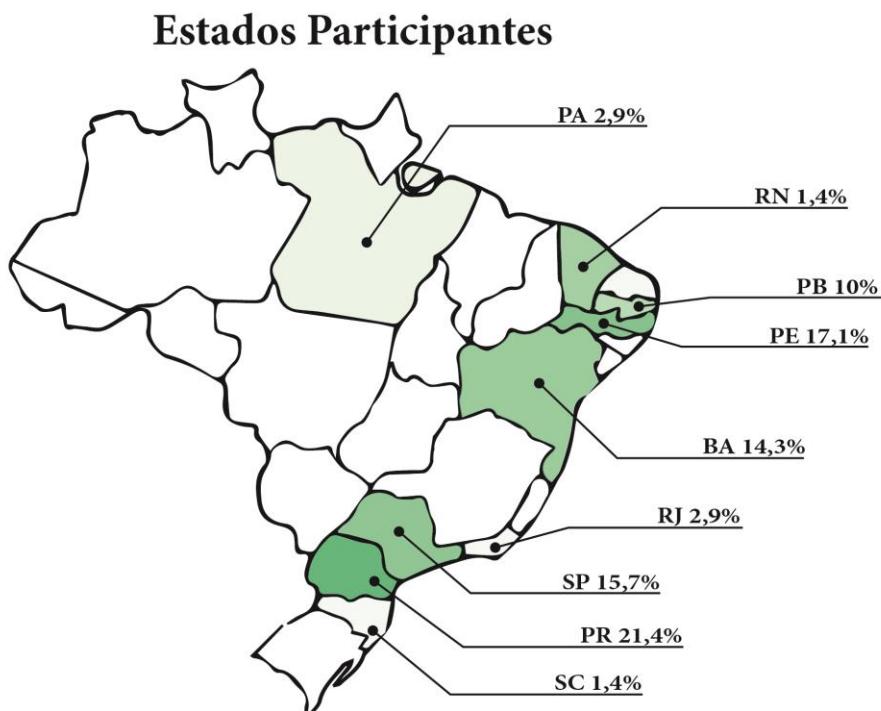
TABELA 4 - ESTADO

Estado	Contagem de Estado	%
BA	10	14,3
CE	9	12,9
PA	2	2,9
PB	7	10,0
PE	12	17,1
PR	15	21,4
RJ	2	2,9
RN	1	1,4
SC	1	1,4
SP	11	15,7
Total Geral	70	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Nos asseguramos em reunir, ao menos, uma porcentagem de 10% de respostas coletadas de cada estado associado à Rede. Os cursos acontecem concomitantemente em cinco diferentes estados: Ceará (CE), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Paraná (PR) e São Paulo (SP). Observamos, no entanto, a incidência de respostas coletadas a partir de outros estados, como Bahia (BA), Pará (PA), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN) e Santa Catarina (SC). Tal quadro se deve ao fluxo de mestrandos que residem e trabalham em um estado e se deslocam até outro para cursar o Programa de Mestrado. Nesse caso, a densidade de respostas se dilui entre dez diferentes estados, ainda assim, respeitamos o percentual mínimo estipulado para uma amostra confiável. O gráfico abaixo ilustra a proporção das respostas por estado, de um total de 70 respostas.

FIGURA 3 - ESTADOS PARTICIPANTES



Fonte: Elaboração da autora

Além da divisão entre estados, consideramos ainda o número de Instituições envolvidas, visto que, em cada estado, pode haver mais de uma Universidade ofertando vagas ao PROFSOCIO. São nove as Instituições associadas: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ-PE), Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA-CE), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Campus Marília, SP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Campus Campina Grande e Campus Sumé, PB); Universidade Federal do Ceará (UFC-CE), Universidade Federal do Paraná (UFPR-PR), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PE).

Importante ressaltar o caráter interiorizado que o Programa fomenta, pois, das nove Instituições associadas, apenas três localizam-se em capitais, são elas: FUNDAJ (Recife-PB), UFC (Fortaleza-CE) e UFPR (Curitiba-PR). As demais Instituições encontram-se sediadas em cidades de pequeno e médio porte, sendo a maior delas Londrina (PR), com população de 506.701 habitantes, e a menor delas

Sumé, com 16.060 habitantes²⁰. Segue abaixo a lista das 50 cidades de onde registramos as 70 respostas.

TABELA 5 – CIDADES

(continua)

Cidades	Contagem de Cidade	%
Abreu e Lima	1	1,4
Alagoa Nova	1	1,4
Almirante Tamandaré	1	1,4
Arco Verde	1	1,4
Bauru	1	1,4
Botucatu	1	1,4
Camaragibe	1	1,4
Campina Grande	2	2,9
Campo Magro	1	1,4
Caruaru	1	1,4
Colombo	2	2,9
Congo	1	1,4
Crato	1	1,4
Cubati	1	1,4
Curitiba	4	5,7
Feira de Santana	1	1,4
Fortaleza	5	7,1
Gália	1	1,4
Gameleira	1	1,4
Glória do Goitá	1	1,4
Guapiaçu	1	1,4
Ibitiara	2	2,9
Icó	1	1,4
João Dourado	2	2,9
João Pessoa	1	1,4
Juazeiro	2	2,9
Juazeiro do Norte	1	1,4
Londrina	4	5,7
Lupércio	1	1,4
Marabá	1	1,4
Marília	1	1,4
Niterói	1	1,4
Olinda	1	1,4
Ourinhos	1	1,4
Paulista	1	1,4
Petrolina	3	4,3

²⁰ Segundo dados do censo 2010 do IBGE.

(conclusão)

Pindorama	1	1,4
Piraquara	1	1,4
Ponta Grossa	1	1,4
Queiroz	1	1,4
Recife	1	1,4
Rio de Janeiro	1	1,4
Rio Negrinho	1	1,4
Salvador	1	1,4
Santo André	1	1,4
São João do Sabugi	1	1,4
São José do Rio Preto	1	1,4
São Paulo	1	1,4
Saúde	2	2,9
Sumé	2	2,9
Tijucas do Sul	1	1,4
Total Geral	70	100,0

Fonte: Elaboração da autora

O quadro nos parece bastante heterogêneo e, ainda que possibilitando uma amostra valiosa em termos territoriais, acabou por comprometer a análise de possíveis especificidades regionais envolvidas no uso do livro didático, visto que o percentual de respostas se dilui em um quadro segmentado de municípios. Para que pudéssemos investigar disparidades ou semelhanças entre as diferentes regiões, assim como objetivamos a princípio, seria necessário reunir uma amostra significativamente maior para cada estado envolvido. Mesmo assim, com a amostra disponível, foi possível elaborar sólidas interpretações a respeito do objeto a partir de uma visão generalista sobre as diferentes regiões, estados e municípios participantes.

4.2 PERCURSO FORMATIVO

Na busca pela compreensão dos percursos formativos da nossa amostra, formulamos as tabelas e gráficos abaixo, que informam sobre a área de formação na primeira e segunda graduação – quando é o caso – e, posteriormente, trataremos sobre a relação desta variável com o uso do livro didático.

TABELA 6 - PRIMEIRA GRADUAÇÃO

Primeira graduação	Contagem de 1º Graduação	%
Administração	1	1,4
Ciências Sociais	36	51,4
Comunicação Social	1	1,4
Filosofia	4	5,7
Geografia	1	1,4
História	15	21,4
Letras	4	5,7
Pedagogia	8	11,4
Total Geral	70	100,0

Fonte: Elaboração da autora

A tabela acima apresenta as diversas áreas de formação dos 70 docentes questionados quando se trata de primeira graduação, informando uma quantidade de oito diferentes cursos pelos quais os mestrandos se formaram inicialmente. Logo abaixo, observamos os dados dos 36 que declararam ter realizado uma segunda graduação e as respectivas áreas.

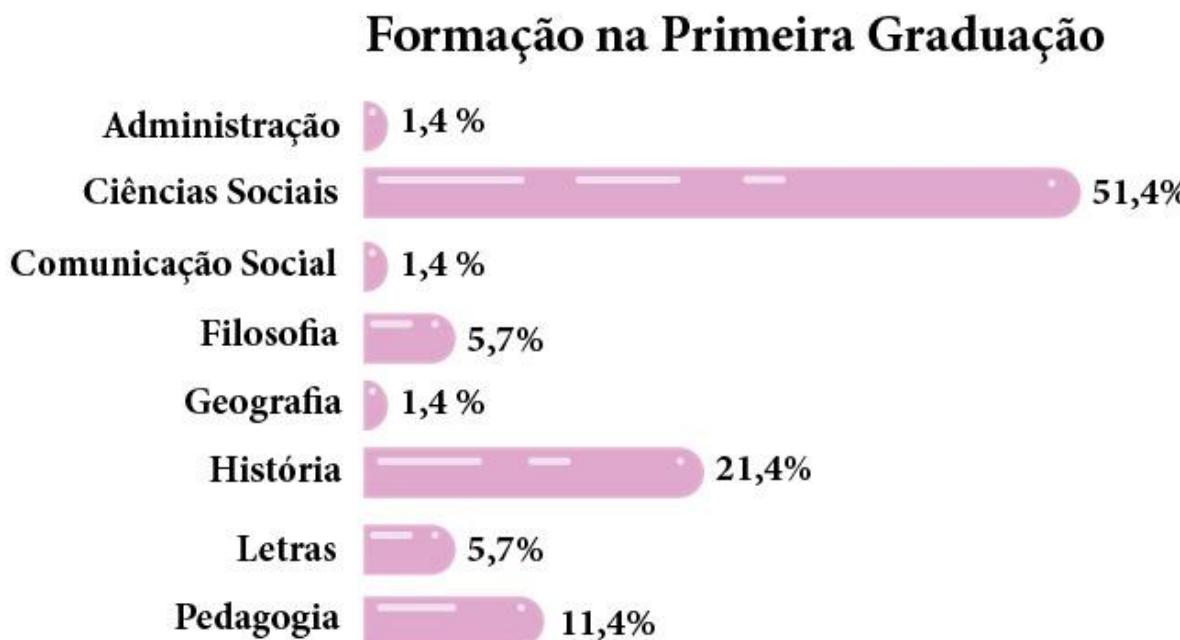
TABELA 7 - SEGUNDA GRADUAÇÃO

Segunda graduação	Contagem de 2º graduação	%
Artes Visuais	2	2,9
Biomedicina	1	1,4
Ciências Sociais	4	5,7
Contábeis	1	1,4
Direito	3	4,3
Direito e Ciências Sociais	2	2,9
Estudos Sociais	1	1,4
Filosofia	2	2,9
Geografia	1	1,4
Gestão em Eventos	1	1,4
História	1	1,4
Letras	2	2,9
Pedagogia	6	8,6
Química	2	2,9
Sociologia	6	8,6
Teologia	1	1,4
Total Geral	36	51,4

Fonte: Elaboração da autora

O gráfico abaixo demonstra que, neste universo específico de análise, a formação inicial na área é majoritária, diferentemente do que demonstram os dados sobre a ampla realidade da docência no Ensino Médio brasileiro. A formação em Ciências Sociais dentre os mestrandos do PROSOCIO é significativa.

FIGURA 4 - ÁREA DE FORMAÇÃO NA PRIMEIRA GRADUAÇÃO



Fonte: Elaboração da autora

Esse gráfico indica uma inversão no quadro sobre formação docente quando contraposto ao amplo universo docente brasileiro, é o que demonstra os dados do censo escolar da Educação Básica divulgados pelo INEP em 2015. A análise dos micropesquisas sobre perfil docente e desafios para a formação, conduzida por Leandro Raizer et al. (2017), indica que a correspondência entre formação específica e área de atuação é uma das grandes dificuldades a serem superadas pelas políticas públicas de formação e qualificação da Educação Básica. Tal quadro torna-se ainda mais dramático quando se trata da disciplina de Sociologia, visto que, em 2013, apenas 11,8% dos docentes de Sociologia do Ensino Médio possuíam a formação esperada na área (RAIZER et al., 2017).

A correspondência entre a disciplina ministrada pelos professores no ensino médio e a sua formação específica na área ainda é um dos grandes problemas a serem enfrentados pelas políticas de qualificação do ensino médio, sendo que a realidade mais dramática é a da disciplina de Sociologia [...]. Entre os doze componentes curriculares do ensino médio, a disciplina de Sociologia é a que apresenta a maior incidência de professores não graduados na área; em 2013, observa-se que 88,2% não têm formação específica. Esta é uma persistente condição histórica e que se reflete diretamente na demanda por profissionais graduados na área, reforçando a ampliação de iniciativas e políticas de formação inicial e continuada relacionadas à prática pedagógica em ciências sociais. (RAIZER et al., 2017, p. 18)

No caso específico de nossa amostra, o percentual de docentes de Sociologia formados na área é de 65,7%. Esse dado chama atenção pelas proporções e parece estar relacionado ao perfil dos e das docentes que se candidataram à seleção do Programa, ou ainda, pode relacionar-se ao perfil selecionado pelo Programa. Sendo impreciso elaborar respostas definitivas a partir de nossos dados, indicamos a pertinência por análises futuras mais apuradas. Em todo caso, é necessário definir nossa amostra como uma espécie de elite do professorado em Sociologia da Educação Básica.

Ainda considerando o gráfico sobre formação (Figura 2), observamos a incidência de 21,4% de docentes com primeira graduação em História, sendo que desses, dois declararam ter realizado segunda graduação em Ciências Sociais, e três em Sociologia. Com primeira graduação em Pedagogia, somam-se 11,4% dos docentes, sendo que dois deles realizaram segunda graduação em Ciências Sociais. Outros cursos de graduação aparecem com menor incidência, como Filosofia (5,7%), Letras (5,7%), Administração (1,4%) Comunicação Social (1,4%) e Geografia (1,4%).

Para sistematizar o fluxo entre primeira e segunda graduação, construímos alguns gráficos de ciclo, apresentando as movimentações ocorridas dentre os docentes no que diz respeito à formação. Selecionei as primeiras graduações com ao menos cinco formados (Ciências Sociais com 36, História com 15, Pedagogia com 8) e, a partir daí, procuramos identificar quantos desses fizeram uma segunda graduação e em qual área, resultando nos gráficos abaixo.

O primeiro ciclo analisado diz respeito aos 36 docentes com primeira formação em Ciências Sociais, dos quais treze deles realizaram uma segunda

graduação, sendo que sete buscaram por novas licenciaturas e seis buscaram por cursos fora da área da educação, como Ciências Contábeis, Biomedicina, Direito e Teologia, conforme demonstra o gráfico abaixo.

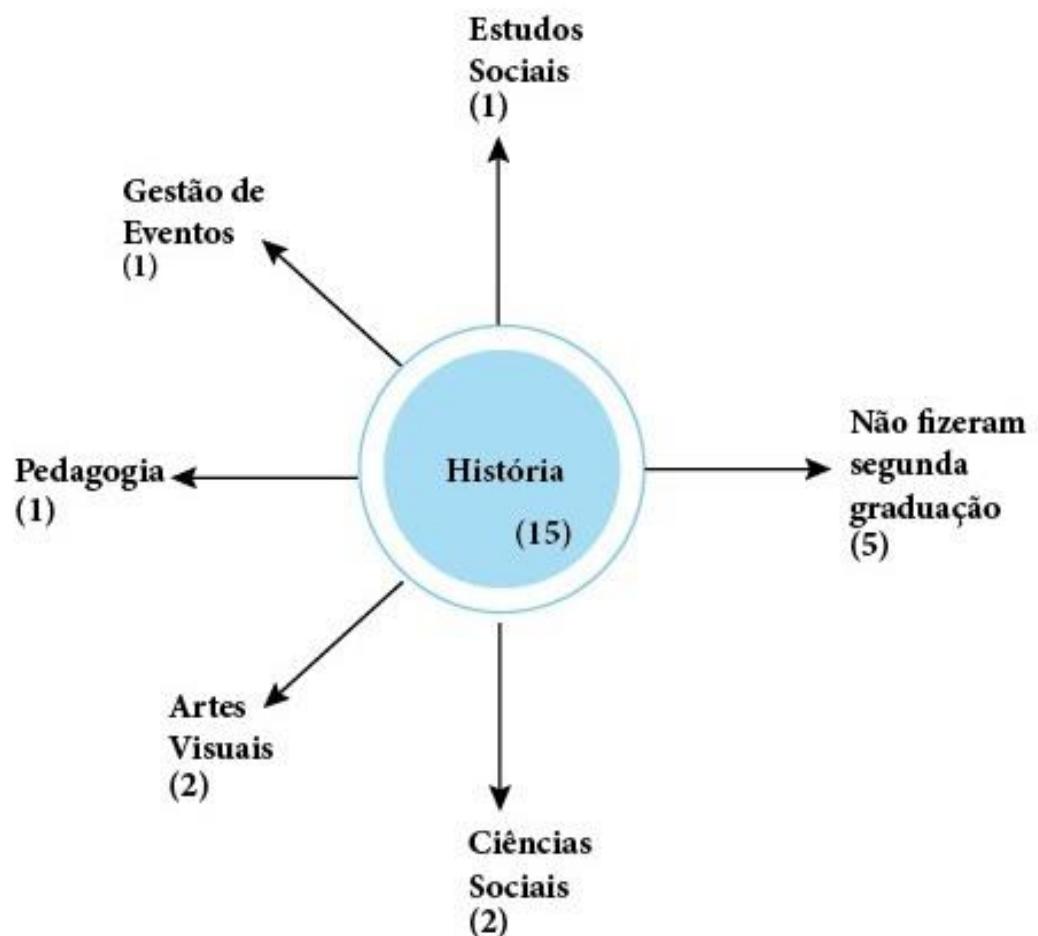
FIGURA 5 - CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS)



Fonte: elaboração da autora

Os 15 docentes com primeira formação em História percorreram o seguinte fluxo de graduação: cinco deles não realizaram outra formação, dois formaram-se posteriormente em Ciências Sociais, um formou-se em Estudos Sociais, dois em Artes Visuais, um em Pedagogia e outro em Gestão de Eventos. Sendo assim, dos dez docentes formados em História que procuraram uma nova graduação, apenas um saiu da área da Educação.

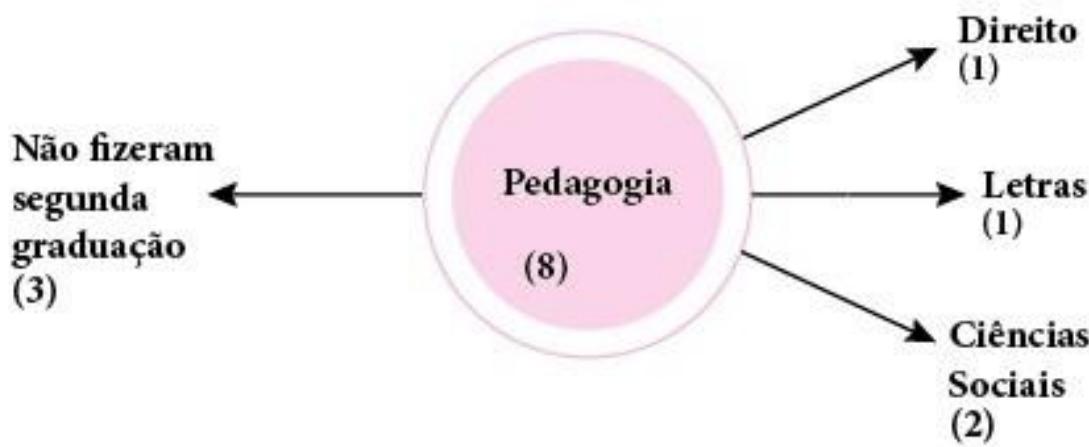
FIGURA 6 - CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (HISTÓRIA)



Fonte: Elaboração da autora

Já os oito docentes com formação inicial em Pedagogia, informaram o seguinte fluxo: três mantiveram-se apenas com a formação inicial, dois cursaram Ciências Sociais, um cursou Letras e outro Direito, ou seja, apenas este último fora das licenciaturas, conforme ilustra o gráfico abaixo.

FIGURA 7 – CICLO ENTRE PRIMEIRA E SEGUNDA GRADUAÇÃO (PEDAGOGIA)



Fonte: elaboração da autora

Do total de 70 docentes, trinta e seis deles têm primeira formação na área e outros dez formaram-se posteriormente, somando quarenta e seis docentes ou 65,7% do total de mestrandos com formação na área esperada. Dos docentes de Sociologia em formação profissional *stricto senso*, vinculados ao PROFSOCIO, 34,3% não possuem formação na área. O índice, apesar de não representar o quadro ideal, sugere um significativo incremento do percentual de formação docente em Sociologia no amplo universo da Educação Básica.

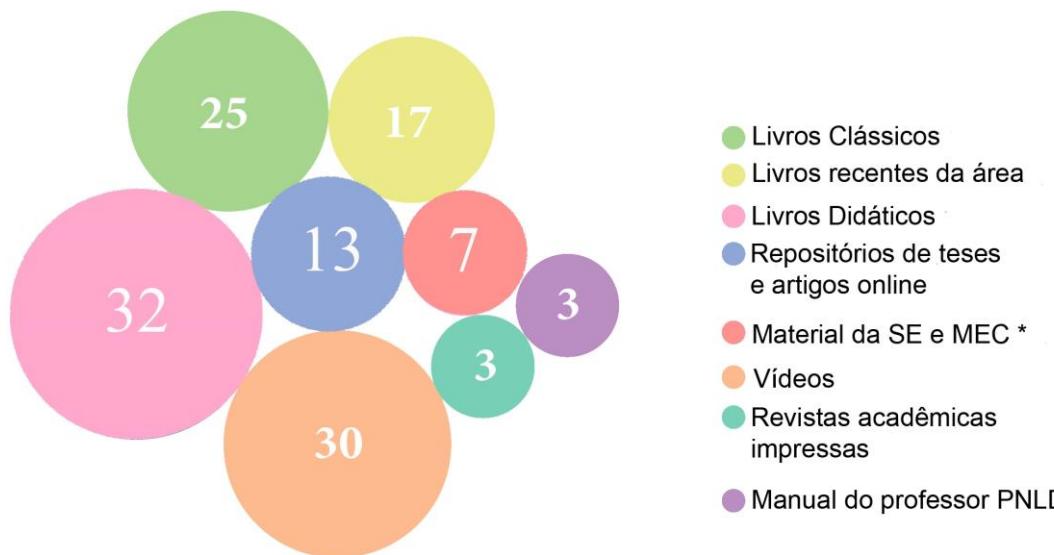
Mas o que chama a atenção, a partir da análise desses dados, diz respeito à aparente necessidade desses docentes por procurarem uma nova formação acadêmica, sendo que 36% daqueles formados em Ciências Sociais, 66,6% dos formados em História e 62,5% dos formados em Pedagogia procuraram por uma nova graduação. Sabemos que, por cursarem um mestrado em Sociologia, todos esses docentes demonstram interesse pela área, mas o dado que se sobressai diz respeito aos 36% de docentes que, mesmo formados na área e atualmente envolvidos em uma formação *stricto senso* em Ensino da Sociologia, viram-se, em um dado momento, na condição de buscar por uma nova formação profissional. Talvez esse número se explique pela reduzida carga-horária da Sociologia na escola

frente às outras disciplinas. Sabemos que, a depender do estado, o número varia entre uma a duas aulas semanais e oferecidas apenas no Ensino Médio, o que pode comprometer a atribuição de aulas aos profissionais com habilitação em apenas uma disciplina.

Relacionando esse quadro formativo à questão dos usos do livro didático, podemos afirmar que não há grandes disparidades encontradas entre docentes com formação inicial ou secundária na área. Quando averiguamos os diferentes recursos didáticos sobre os quais integrantes da nossa amostra recorre ao planejar aulas, notamos que, tanto docentes com primeira formação em Ciências Sociais, quanto em outras áreas, tendem a utilizar o livro didático de Sociologia como principal ferramenta para o planejamento de aulas, seguido pelo uso de vídeos, livros clássicos e recentes da área e, em menor incidência, repositório de teses e artigos online, além do manual do professor. Por fim, os recursos utilizados com menor frequência compreendem materiais de formação das Secretarias de Estado da Educação/ Ministério da Educação e revistas acadêmicas impressas.

Abaixo podemos observar três gráficos (priorizando os cursos com maior incidência de formação) relacionando a primeira graduação com os recursos mais usados no planejamento de aulas. Importante ressaltar que, ao responder a estas questões, o docente poderia assinalar quantas alternativas fosse necessário, para relatar quais materiais costuma utilizar ao planejar suas aulas, por isso, o número de opções assinaladas é maior que o número de docentes participantes.

FIGURA 8 – MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (CIÊNCIAS SOCIAIS)



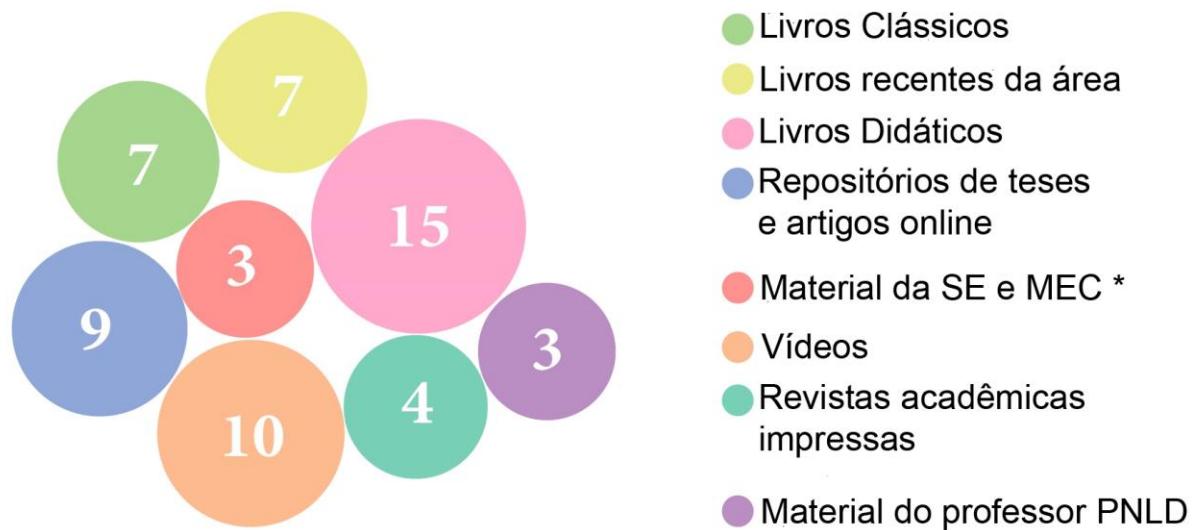
*Material da Secretaria de Educação e Ministerio da Educação

Fonte: elaboração da autora

Notamos no gráfico acima a incidência de materiais mais utilizados ao planejar aulas quando o docente tem primeira formação em Ciências Sociais, sendo perceptível o grande número de acessos ao livro didático e aos vídeos, seguido por livros clássicos e recentes da área.

Abaixo observamos o mesmo modelo de gráfico, mas agora expressando os materiais utilizados no planejamento quando o docente tem primeira formação em História. Os Livros Didáticos e vídeos seguem sendo a principal opção, mas, no lugar dos livros clássicos e recentes da área, esses docentes buscam por material de apoio ao planejamento em repositórios de teses e artigos online.

FIGURA 9 - MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (HISTÓRIA)

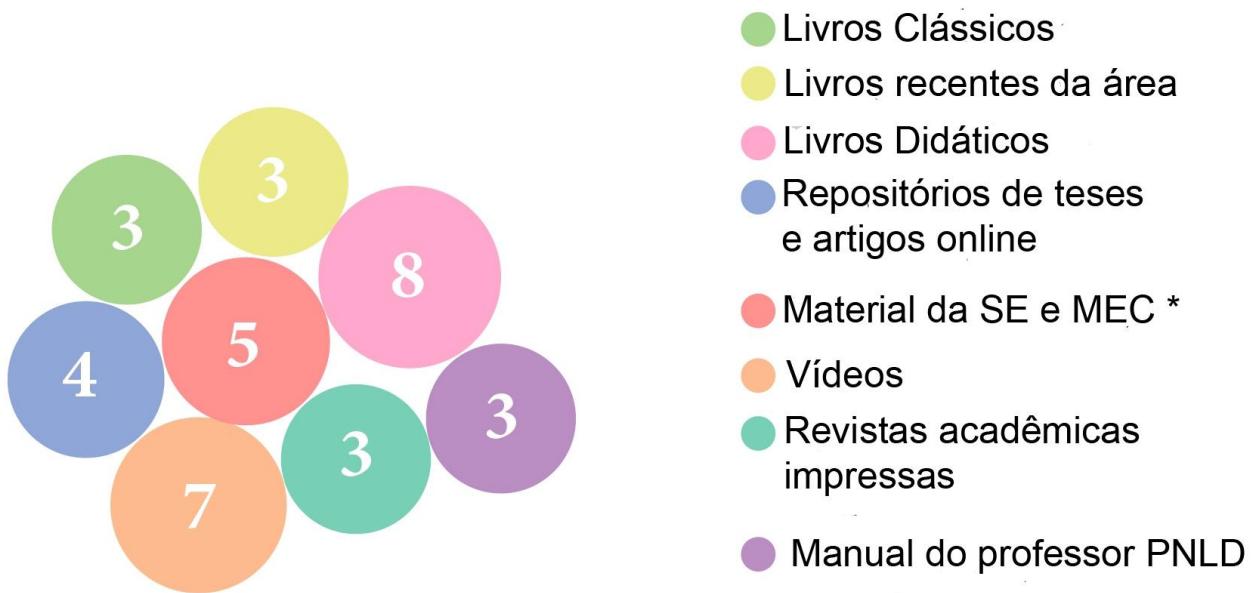


*Material da Secretaria de Educação e Ministério da Educação

Fonte: elaboração da autora

Por fim, realizamos a mesma análise no que diz respeito a docentes com formação inicial em Pedagogia e observamos um quadro semelhante no que diz respeito aos livros didáticos e vídeos como primeiras opções, mas seguidos por materiais de formação das Secretarias de Educação e Ministério da Educação, ao passo que os livros clássicos e recentes da área aparecem em menor incidência.

FIGURA 10 – MATERIAIS USADOS NO PLANEJAMENTO (PEDAGOGIA)



*Material da Secretaria de Educação e Ministerio da Educação

Fonte: elaboração da autora

Também averiguamos a finalidade do uso do livro didático de Sociologia relacionada à área de formação. Nesse caso, é interessante observar que a principal forma relatada de utilização do material, seja por docentes com formação inicial ou secundária na área, diz respeito a atividades de leitura com os estudantes, seguida pela organização do planejamento docente e, ao tratar conteúdos com pouca opção de material. As finalidades relatadas em menor número compreendem o estudo de conteúdos dos quais o docente não tem segurança e a substituição de material, dado algum imprevisto em relação ao planejamento. A tabela abaixo apresenta esses dados.

TABELA 8 – RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E FINALIDADE DO USO

<i>Formação</i>	<i>Finalidade do uso do livro</i>		Estudar conteúdos que não tem segurança	Tratar conteúdos com pouca opção de material	Quando ocorre imprevisto sobre planejamento
	Leitura com estudantes	Organizar o planejamento			
Administração	1	1		1	
Ciências Sociais	32	28	10	22	7
Comunicação Social	1	1		1	
Filosofia	2	4	2	3	
Geografia	1	1	1		
História	14	13	5	10	2
Letras	4	4	1	4	
Pedagogia	8	7	1	3	1
Total Geral	63	59	20	44	10

Fonte: elaboração da autora

Diante do exposto, refutamos a hipótese que relaciona o uso do livro ao ciclo formativo pelo qual o docente percorreu, pois não foi possível encontrar disparidades entre as diferentes áreas de formação e a incidência de utilização do livro, apenas ficando nítida a função deste material como balizador do trabalho docente, principalmente em sua fase de planejamento de aulas.

4.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O contexto profissional no qual se insere grande parte da amostra indica uma possível estabilidade no que diz respeito ao vínculo empregatício. A tabela abaixo demonstra que 84,3% destes docentes são servidores efetivos, ou seja, possuem certa segurança relacionada ao plano de carreira e à disponibilidade de aulas. Os outros 15,7% de professores encontram-se em situação de trabalho temporário, com contratos de substituição por prazo determinado e, a depender do estado, com salários reduzidos em relação aos efetivos.

TABELA 9 - REGIME DE TRABALHO

Regime de trabalho	Contagem	%
Efetivo	59	84,3
Temporário	11	15,7
Total Geral	70	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Esse quadro nos leva a questionar sobre diferentes aspectos, desde o perfil de docente que busca uma formação *stricto senso* profissional até as condições de trabalho que possibilitam a escolha por uma formação desse tipo. Considerando o estado do Paraná²¹, sabe-se que a situação de temporários (os chamados PSS) os coloca em constante disputa por titulação, ao almejarem a atribuição de aulas, visto que o número de pós-graduação *lato senso* cursada por docente melhora sua classificação no processo de escolha de aulas. Nesse sentido, uma especialização de menor duração pode significar, para esse sistema classificatório, o equivalente a um mestrado *stricto senso*. Assim sendo, para o docente PSS, torna-se mais eficaz, no que diz respeito a sua oportunidade de emprego, cursar especializações *lato senso* em vez de mestrados *stricto senso*.

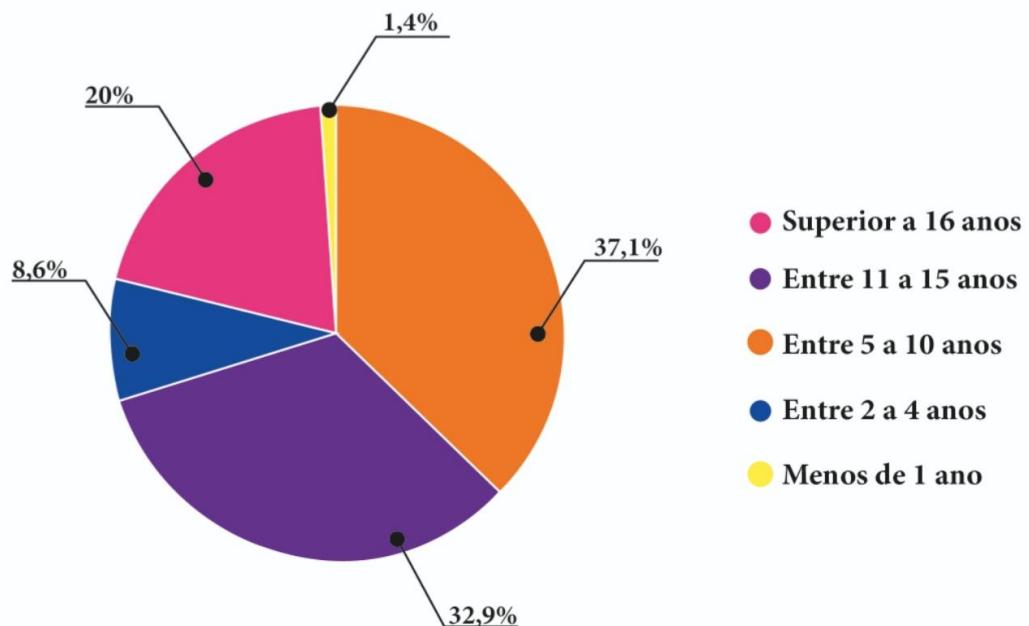
Isso pode explicar, especificamente no Paraná, o maior número de professores efetivos matriculados no PROFSOCIO e a menor procura dos professores em situação temporária. Quanto aos demais estados, não dispomos de informações suficientes sobre os editais de contratação para sugerir hipóteses, extrapolando o alcance desta pesquisa. No entanto, é interessante nos perguntar o que condiciona esse suposto distanciamento do professor ou professora substituta e desse meio de formação acadêmica.

No que diz respeito ao tempo de carreira, notamos a preponderância de professores e professoras com atuação entre cinco e dez anos (37,1%), seguidas por atuação entre onze e quinze anos (32,9%) e superior a dezesseis anos (20%). Menos de 10% da amostra tem atuação inferior a quatro anos. Esse dado nos informa que o acesso a uma formação *stricto senso* voltada ao ensino da Sociologia ocorreu, em média, dez anos após o início da carreira profissional. Podendo esse fato estar relacionado a recente aprovação do programa em questão, ou ainda, à

²¹ Estado onde a autora reside e trabalha, já tendo sido empregada tanto pelo processo de seleção simplificado quanto passando por concurso público efetivo.

dificuldade de docentes em início de carreira dedicarem-se à formação pós-graduada, devido a necessidade por acumular muitas aulas em diferentes escolas²².

FIGURA 11 – TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

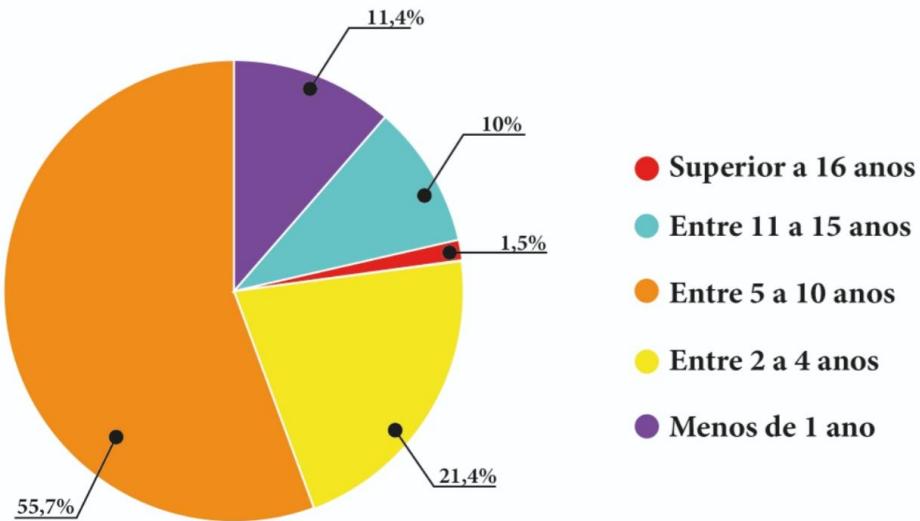


Fonte: Elaboração da autora

Ainda é possível notar, dentre a amostra investigada, a permanência de docentes em uma mesma escola há, no mínimo, cinco anos (55,7%), o que indica uma relação de pertencimento à comunidade escolar mais aprofundada. Apenas 11% da amostra atuam há menos de um ano na mesma escola.

²² Sabemos que a estabilidade em relação ao local de trabalho de docentes efetivos é conquistada no decorrer do plano de carreira.

FIGURA 12– TEMPO DE ATUAÇÃO NA PRINCIPAL ESCOLA



Fonte: Elaboração da autora

A tabela abaixo possibilita observar uma tendência crescente na frequência do uso do livro conforme avança o tempo de atuação profissional. Neste demonstrativo, optamos por utilizar a contagem por unidade em vez de porcentagem, pois, desse modo, o número tomou maior expressividade. O que se pretende demonstrar é que, dentre os 14 docentes com mais tempo de carreira (superior a 16 anos) todos afirmam usar o livro sempre (9) e às vezes (5); dentre os 23 docentes entre 11 e 15 anos de exercício, todos afirmam usar sempre (16) e às vezes (7); já entre os 26 docentes que atuam há 5 ou 10 anos, o índice de frequência é: sempre (8), às vezes (15), raramente (2) e nunca (1); docentes que atuam entre dois e quatro anos (7) relataram usar sempre (4) e às vezes (3). A tabela abaixo apresenta esses dados.

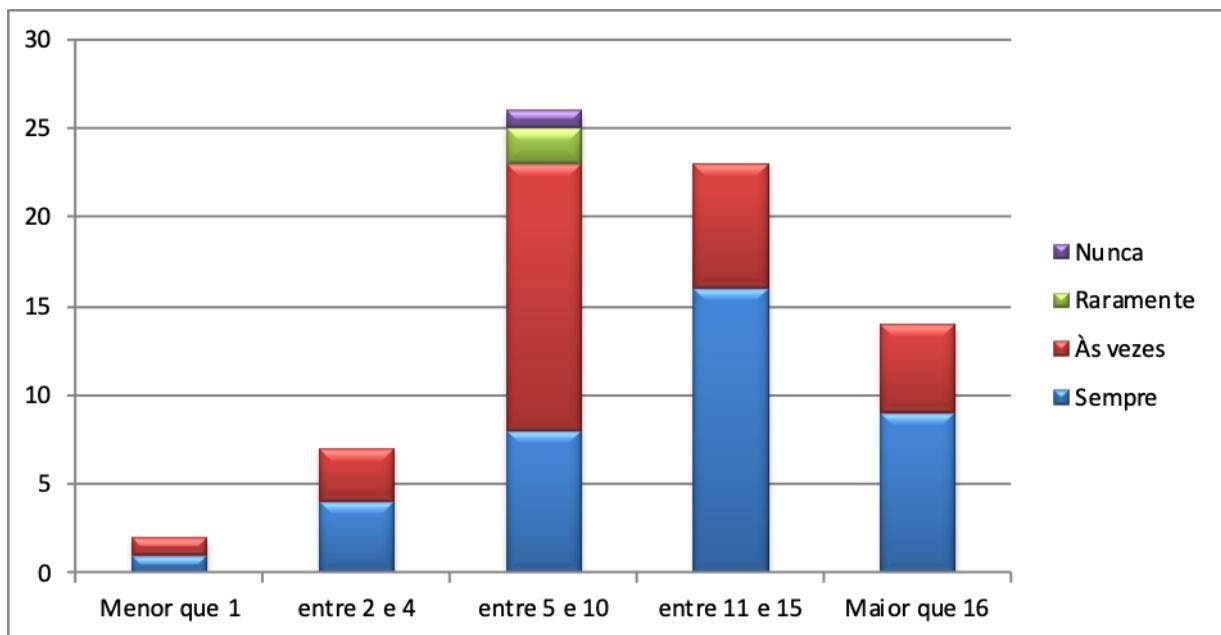
TABELA 10 – RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE CARREIRA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO

Frequência do uso	Tempo de exercício em ano				
	Menor que 1	Entre 2 e 4	Entre 5 e 10	Entre 11 e 15	Maior que 16
Sempre	1	4	8	16	9
Às vezes	1	3	15	7	5
Raramente	-	-	2	-	-
Nunca	-	-	1	-	-
Total	2	7	26	23	14

Fonte: Elaboração da autora

Para melhor elucidar tal quadro, o gráfico abaixo apresenta a tendência crescente de recorrência ao uso do livro, ficando notável o crescimento da frequência conforme avança o tempo de carreira, exceto pelo tempo de exercício superior a 16 anos, no qual a curva é um pouco inferior, mas ainda assim há expressividade no número:

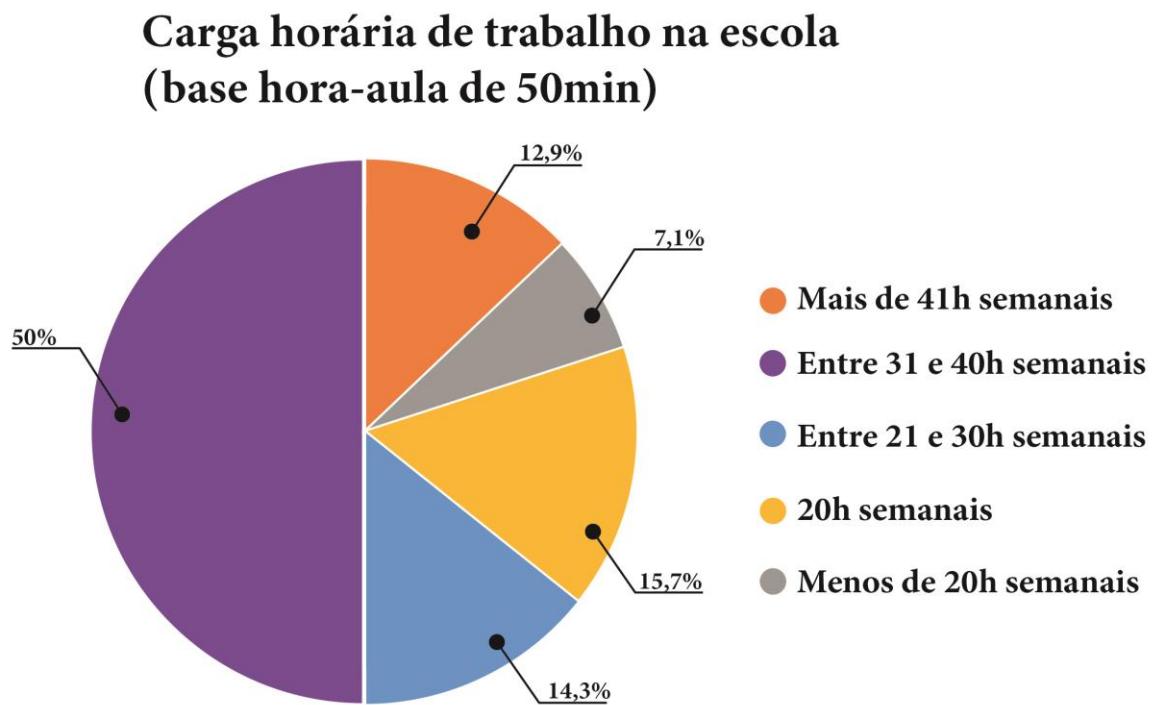
FIGURA 13 – TEMPO DE CARREIRA E USO DO LIVRO



Fonte: Elaboração da autora

Sobre a carga horária, é possível notar no gráfico abaixo que 50% da amostra cumprem uma jornada entre 31 e 40 horas semanais, além de 12,9% que cumprem mais que 41 horas semanais e 7,1% que cumprem menos que 20 horas semanais.

FIGURA 14 – CARGA-HORÁRIA DE TRABALHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração da autora

A tabela abaixo demonstra a relação entre carga-horária e frequência do uso do livro didático. Sabendo que nossa maior amostragem (50%) se refere ao grupo com carga horária entre 31 e 40 horas, observamos, dentre esses, uma tendência em recorrer frequentemente ao uso do livro, visto que 19 afirmam usar sempre, 15 às vezes, e apenas 3 afirmam usar raramente ou nunca.

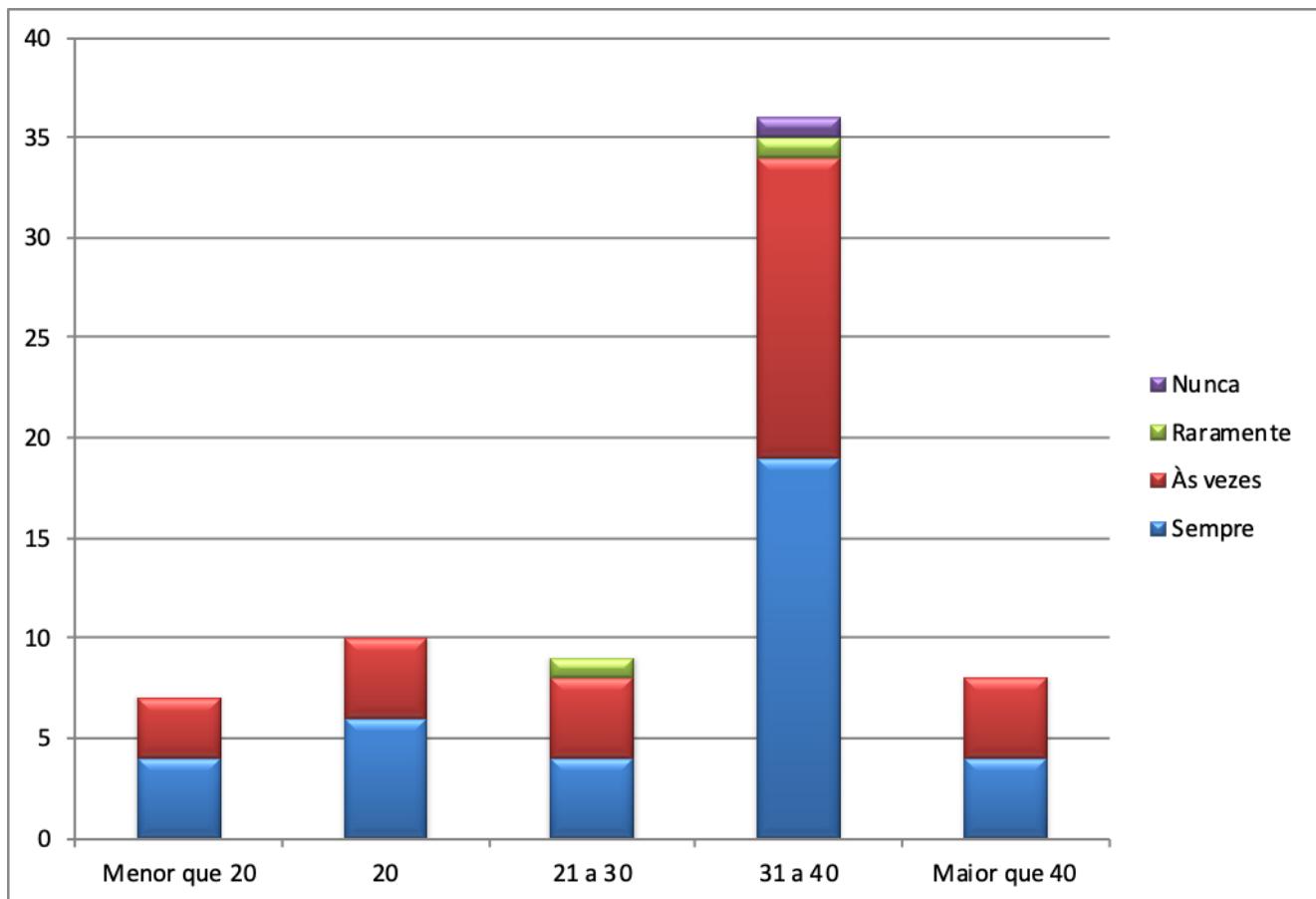
TABELA 11 – RELAÇÃO ENTRE CARGA-HORÁRIA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO

Carga-horária	Frequência			
	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Menor que 20	4	3	-	-
20	6	4	-	-
21 a 30	4	4	1	-
31 a 40	19	15	1	1
Maior que 40	4	4	-	-
Total	37	30	2	1

Fonte: Elaboração da autora

Ao compararmos diferentes cargas horárias, não encontramos grandes distinções na tendência majoritária por recorrer frequentemente ao uso do livro didático de Sociologia. Nesse sentido, é improvável a hipótese que relaciona carga horária e uso do livro, pois em todas as possibilidades descritas percebe-se a frequente recorrência ao livro. O gráfico abaixo demonstra a tendência pouco variável entre os docentes com carga-horária menor que 20 horas semanais até aqueles com carga-horária maior que 40 horas semanais.

FIGURA 15 – CARGA-HORÁRIA E FREQUÊNCIA DO USO DO LIVRO



Fonte: Elaboração da autora

Além disso, é importante observar no quesito frequência do uso, a incidência de um percentual imensamente superior de docentes, independente da carga horária ou tempo de exercício, relatando usar sempre e às vezes o livro (95,8%) e, apenas 4,3% relatam usar raramente ou nunca.

FIGURA 16– FREQUÊNCIA DE USO DO LIVRO DIDÁTICO



Fonte: Elaboração da autora

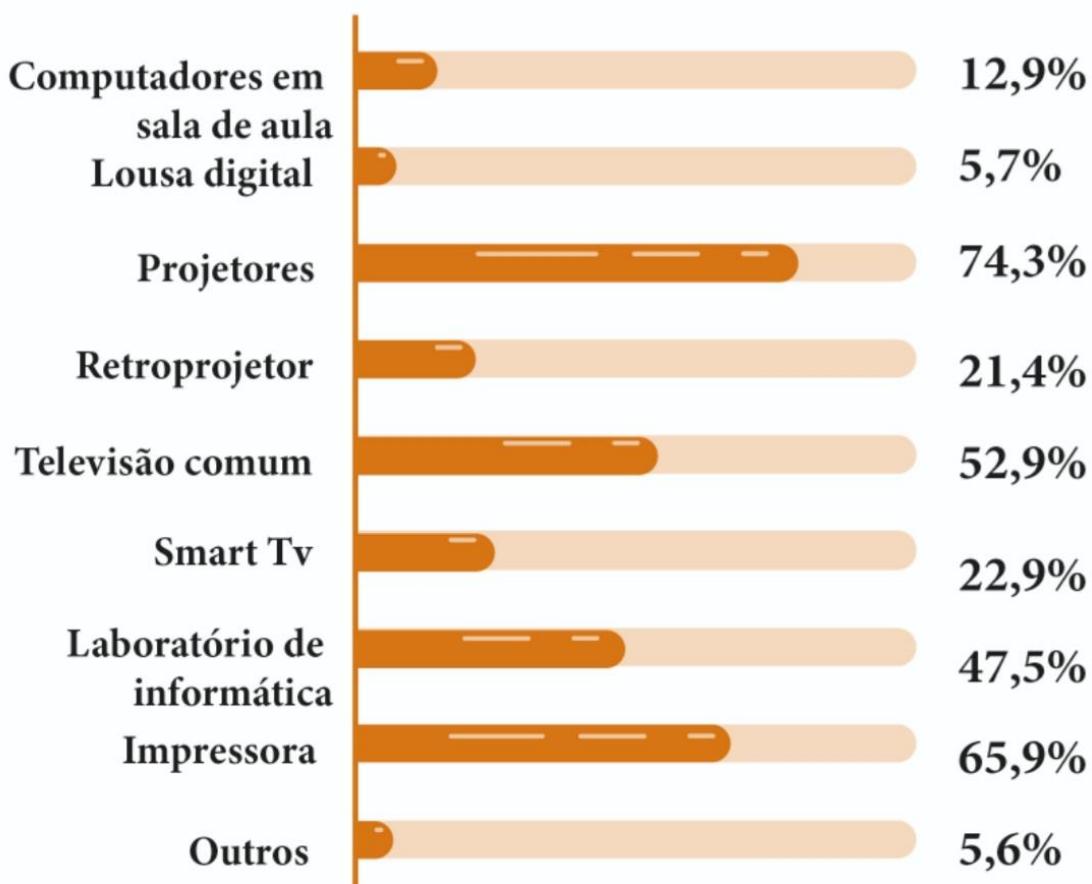
Da relação entre atuação profissional e uso do livro de Sociologia, o que chamou a atenção diante dos dados examinados foi o índice crescente de frequência do uso conforme avança o tempo de exercício. Não identificamos relação aproximada entre jornada de trabalho e frequência do uso, a despeito da carga horária o uso se mantém frequente dentre esses docentes.

4.4 REFERÊNCIA E FERRAMENTA

Tomemos a constante utilização do livro didático de Sociologia como um dado, ainda assim, nos cabe questionar, quais ferramentas de trabalho e recursos didáticos são parte do fazer docente em Sociologia? Ou ainda, como os professores e professoras vêm conduzindo a utilização dessa ferramenta, atendendo a quais finalidades?

Primeiro, tratamos de averiguar a variável relacionada à acessibilidade de recursos e listamos os principais itens tecnológicos que os docentes relataram como acessíveis no ambiente escolar. O gráfico abaixo ilustra a proporção de recursos tecnológicos que os docentes declararam estar disponíveis nas escolas onde atuam. Notamos uma considerável variedade de itens disponibilizados, sendo que os mais citados dentre eles são os projetores/retroprojetores, seguido pelas impressoras, televisões e laboratórios de informática. Os menos citados são as Smart TV's e a lousa digital.

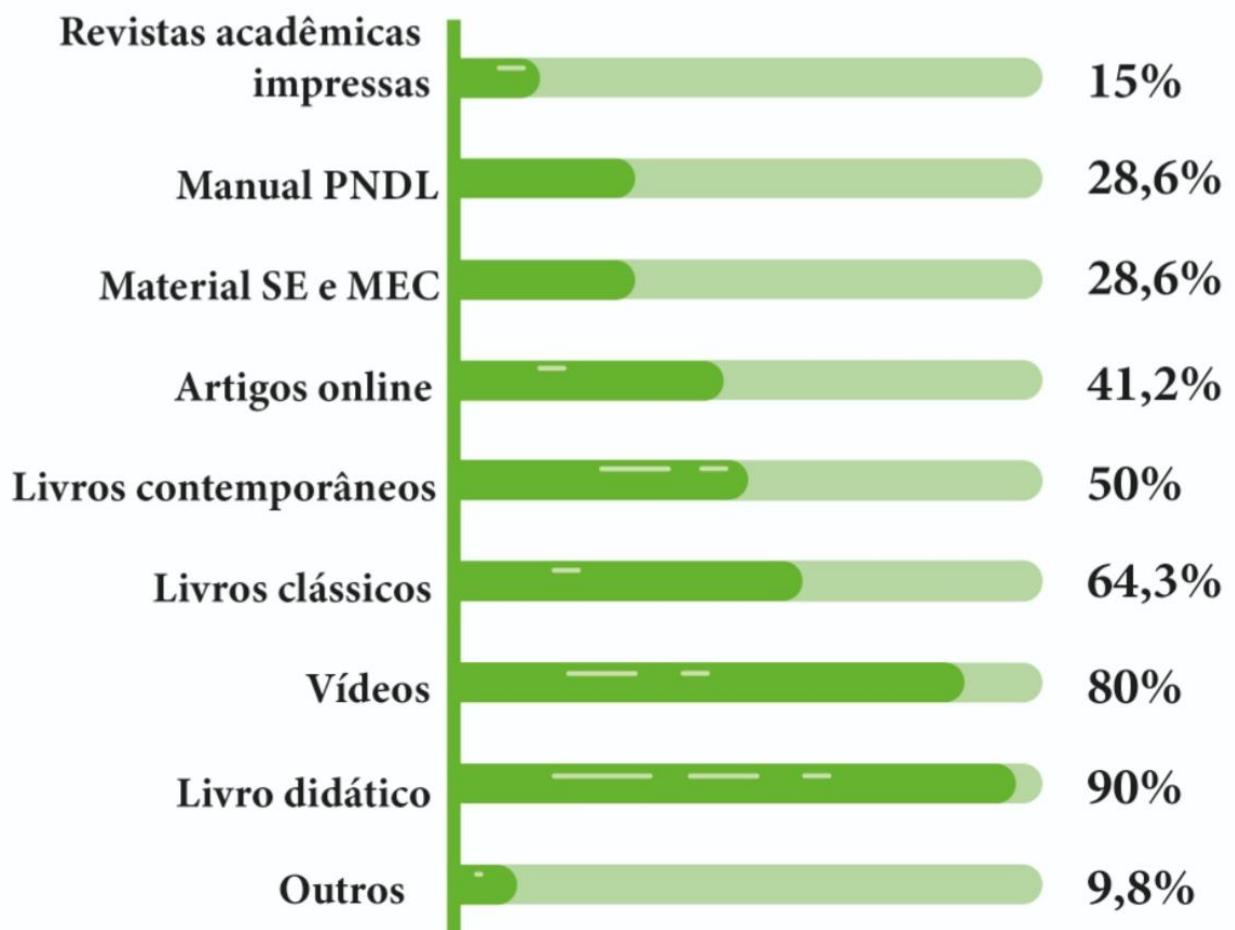
FIGURA 17 – RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS



Fonte: Elaboração da autora

Mesmo diante dessa aparente diversidade de recursos, vale mencionar que o livro didático permanece entre as opções mais assinaladas quando se trata de sua função pedagógica, ao ser utilizado em sala de aula com estudantes, ou até mesmo servindo como ferramenta de trabalho docente, quando o professor recorre ao livro como referência para seu planejamento de aulas.

FIGURA 18 – MATERIAL CONSULTADO NO PLANEJAMENTO



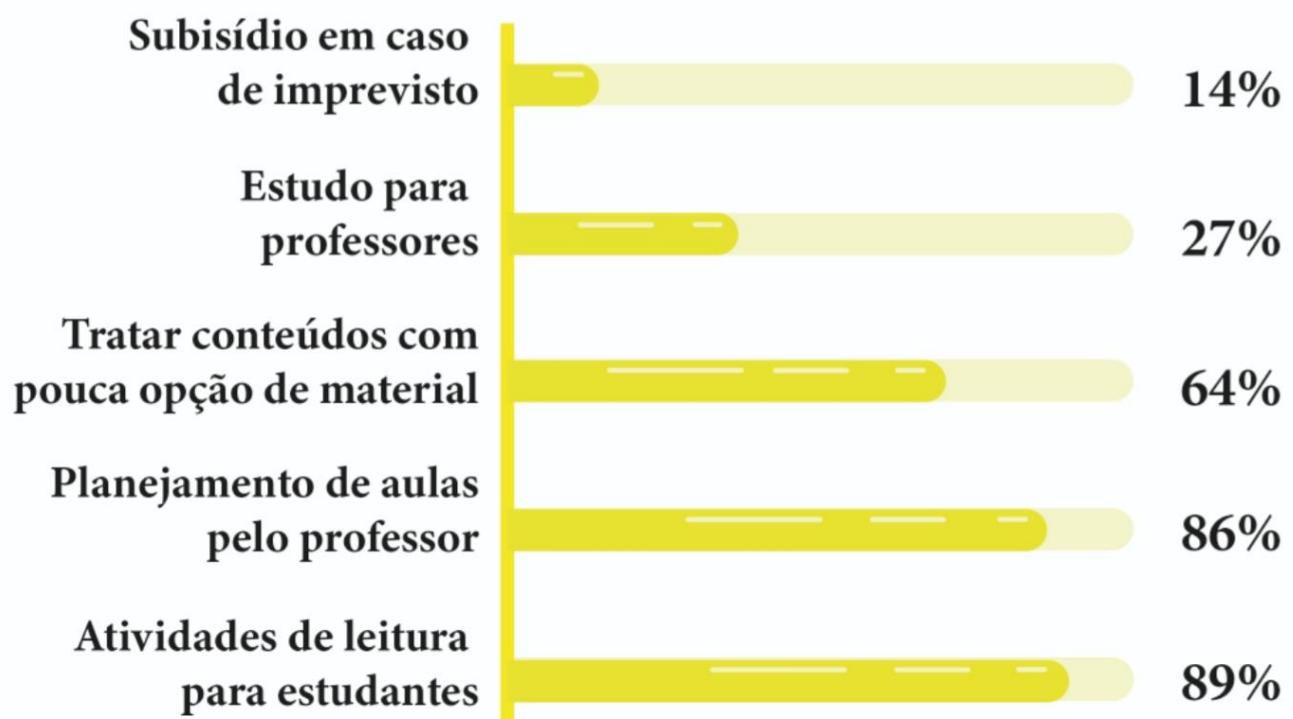
Fonte: Elaboração da autora

Acima podemos verificar o índice de 90% de docentes que relatam recorrer ao livro didático de Sociologia durante o planejamento de suas aulas, sugerindo que este material, além de apoio ao estudante, também representa a principal ferramenta de trabalho docente e o principal meio de acesso de professores aos referenciais teóricos da área, seguido pelo uso de vídeos (80%). Os livros clássicos de Sociologia aparecem na terceira posição, com 64,3% de docentes relatando seu uso no processo de planejamento, além dos livros contemporâneos da área, que constam 50% de acesso. Os artigos online são mencionados em 41,2% dos casos e, em menor índice, temos 28,6% de acesso aos materiais de Secretarias da Educação e MEC e outros 28,6% ao manual do professor do PNLD. As revistas acadêmicas

impressas são o último item mencionado nesse quadro (15%) e com 9,8% distribuídos no item “Outros”, que inclui sites e blogs, grupos de estudo e jornais.

Além de figurar como referência e ferramenta de trabalho docente, o livro didático responde a outras finalidades, conforme sugere o gráfico abaixo.

FIGURA 19 – FINALIDADE DE USO DO LIVRO DIDÁTICO

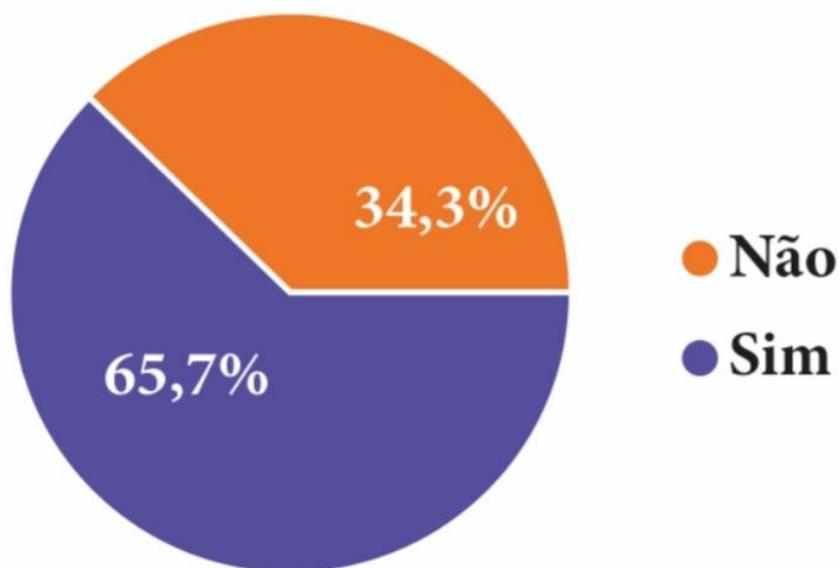


Fonte: Elaboração da autora

O maior índice é registrado quando a finalidade de uso diz respeito a atividades de leitura direcionadas aos estudantes (89%), com uma ligeira diferença do uso para fins de planejamento docente (86%). Também foi relatado recorrer ao livro quando há pouca disponibilidade de materiais para determinados conteúdos, sendo 64% dos casos. Além de 27% de casos nos quais professores relataram usar o livro para estudar conteúdos que não têm segurança e, ainda, 14% recorrendo ao livro na situação de haver imprevistos quanto ao planejamento.

Quando questionados sobre o acesso a conteúdos, 65,7% dos docentes afirmaram que o livro didático os possibilita conhecer novos conteúdos da Sociologia.

FIGURA 20 – CONHECIMENTO SOBRE NOVOS CONTEÚDOS POR MEIO DO LIVRO DIDÁTICO



Fonte: Elaboração da autora

Diante da notável função que o livro didático de Sociologia vem desempenhando no fazer docente desses profissionais, nos coube averiguar como os próprios professores e professoras avaliam essa política. Os relatos foram colhidos a partir do questionamento sobre o PNLD e o livro didático de Sociologia. Foram incluídas no questionário duas perguntas nas quais as respostas eram abertas e optativas, possibilitando o registro de 64 respostas em uma delas e 25 respostas em outra, sendo que a primeira questionava “O que você pensa sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)?”, e a segunda “Se você considerar necessário comente sobre os Livros Didáticos de Sociologia do PNLD (priorize aspectos relativos à finalidade e à eficiência do material)”.

Para essa análise, estabelecemos categorias recorrentes mobilizadas nas respostas e contabilizamos quantas vezes se fazia referência a tais categorias, possibilitando um mapeamento de recorrências. Assim, foi possível reunir seis eixos que se repetem constantemente no discurso dos docentes sobre PNLD e livro didático de Sociologia, conforme ilustra a tabela abaixo.

TABELA 12 – CATEGORIAS RECORRENTES NO DISCURSO SOBRE PNLD

Pergunta: O que você pensa sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Categoria mobilizada	Recorrência
AVALIAÇÕES (Bom, Ruim, Importante, etc.)	35
ALUNO/ESTUDANTE	20
PROFESSOR/A	19
REFERÊNCIA/FERRAMENTA PARA PROFESSOR/A	8
TEORIAS/PENSAMENTO SOCIAL	3
CURRÍCULO/DOCUMENTOS NORTEADORES	2

Fonte: elaboração da autora

Levando em conta a livre descrição sobre o PNLD, nota-se a tendência dos docentes em avaliar o desempenho do Programa, visto que a maioria das respostas envolvem apreciações a respeito da execução e eficácia desta política (40%). Em seguida, identificamos como recorrente a menção a estudantes (22,9%), principalmente os classificando como público alvo, seguida pela menção aos professores (21,8%) e, referindo-se ao Programa com foco ao professor (9,1%). Em menor índice observamos a recorrência de menções às teorias sociológicas (3,4%) e aos documentos norteadores (2,2%).

Abaixo listamos as categorias mobilizadas no que se refere mais especificamente ao livro didático de Sociologia do PNLD.

TABELA 13 – CATEGORIAS RECORRENTES NO DISCURSO SOBRE O LIVRO

Pergunta: Se você considerar necessário, comente sobre os Livros Didáticos de Sociologia do PNLD

Categoria mobilizada	Recorrência
AVALIAÇÕES (Bom, Ruim, Importante, etc.)	11
PROFESSOR/A	6
ALUNO/ESTUDANTE	5
TEORIAS/PENSAMENTO SOCIAL	5
REFERÊNCIA/FERRAMENTA PARA PROFESSOR/A	3

Fonte: elaboração da autora

A primeira categoria que identificamos sendo mobilizada pelos docentes diz respeito, assim como no item anterior, às apreciações sobre o material (36,6%), mas, quando questionamos diretamente sobre o livro didático, são os professores que mais aparecem correlacionados (20%), seguidos pela menção aos estudantes (16,6%). Ainda notamos a relevância de menções às teorias sociológicas (16,6%) e, 10% das menções relacionam diretamente o livro didático a uma ferramenta de trabalho docente.

Extraímos, dentre os diferentes relatos colhidos, aqueles que são demonstrativos das categorias mobilizadas e, logo abaixo, podemos conferir suas transcrições.

1 [...] o livro didático é importante para, de um lado, dar credibilidade científica aos conhecimentos que se busca abordar em sala de aula (dispõe de referências bibliográficas, excertos de documentos primários e secundários, referencia às suas premissas em autores consagrados, sugestões de leituras...) e, de outro lado, amparar o trabalho de professores improvisados (de outras áreas ou com formação obsoleta/deficiente) em cadeiras de sociologia (como já fui anos atrás). A eventual ineficiência no uso do material (livro) decorre de outras variáveis envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, que não necessariamente devem recair sobre o livro didático.

2 Os livros didáticos tem sido uma ferramenta importante, haja vista que até um período recente não se tinha material para os alunos na escola, mas ainda é complicado aliar os conteúdos com a realidade de cada Estado,

bem como definir o que é necessário para cada série, dificultando aos professores ter uma unidade dentro da própria região.

3 Muito importante para que os estudantes têm acesso aos livros, e seja um referencial para os professores planejarem e organizarem suas aulas.

4 Sobre PNLD: “Um programa importante que auxilia bastante tanto o professor quanto o aluno.

5 Uso o Livro Didático como material de apoio pedagógico. Em algumas aulas, solicito aos alunos que façam a leitura e respondam algumas questões. O Pnld é útil. Oferece um bom material ao professor.

Este conjunto de transcrições permite um olhar qualitativo sobre o dado que vem se apresentando como mais relevante nesta análise, o que sobressalta a estreita relação entre livro didático e prática docente. Notemos, nesses discursos, a constância sobre a qual os professores se colocam, eles mesmos, como público-alvo da política de livros didáticos, reforçando o argumento da necessidade de produção e circulação de materiais pedagógicos voltados especificamente aos docentes.

Também é possível notar a adesão crítica desses professores ao material, havendo vários relatos que apontam a necessidade por complementar o uso do livro com outros materiais e recursos.

6 Os livros didáticos de Sociologia do PNLD são ferramentas úteis, porém, não podem ser o único recurso de apoio a ser utilizado pelo professor. Há muitos outros materiais disponíveis e passíveis de utilização que podem ser explorados de maneira a garantir o sucesso da aprendizagem.

7 Os livros didáticos servem como guia, suporte para o professor(a) desenvolver suas aulas, mas não devemos nos limitar a eles, devemos buscar também outras fontes e recursos.

8 Um dos instrumentos de auxílio do professor. Mas em algumas situações percebo que ele não dialoga diretamente com os anseios do professor no momento do preparo da aula, daí a busca de outras alternativas, como por exemplo, nos blogs.

9 Essencial para o trabalho do professor e aprendizado dos estudantes. Isso porque serve como material de base para as aulas, de onde o professor pode complementar com outras fontes e recursos, além da sua capacidade criativa.

Ainda podemos destacar a finalidade sobre a qual recai o uso do livro didático, sendo perceptível seu auxílio como ferramenta de planejamento e execução de aulas. Por fim, chamamos a atenção para o tempo que esses docentes dispõem para trabalhar sobre seus planejamentos. Sabemos que o índice de hora-atividade²³ é diferente em cada estado, mas ao que parece, o tempo destinado às demandas extraclasse não tem sido suficiente para tal, visto que 88,6% dos professores relatam executar essas tarefas em períodos de férias/feriados ou finais de semana, configurando-se, então, como atividade não remunerada. Corroborando com esse dado, observamos a incidência de 81,4% de professores que relatam planejar as aulas em suas casas, contra apenas 18,5% que o fazem nas escolas.

Considerando os dados aqui reunidos, nos arriscamos afirmar que o livro didático de Sociologia vem representando a principal ferramenta pedagógica do trabalho docente em Sociologia, além de configurar como substancial fonte de referência bibliográfica a que dispõe nosso universo de pesquisa.

²³ Hora-atividade ou hora-permanência diz respeito à carga-horária remunerada e direcionada especificamente às atividades de planejamento de aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender as formas pelas quais docentes de Sociologia fazem uso do livro didático, mobilizamos como justificativa os diferentes aspectos imbricados na relação entre políticas de formação docente e Programa Nacional do Livro Didático no contexto dessa disciplina, desde a obrigatoriedade da Sociologia no Currículo brasileiro, passando por sua incorporação ao PNLD, até a implementação de programas de mestrado voltados ao Ensino da Sociologia. Nessa trajetória, o livro didático vem sendo identificado por diversos autores como um importante objeto de análise, mas muitos desses trabalhos acadêmicos o fazem de maneira a identificar lacunas, problemas com conteúdo ou conceitos, ou ainda elaborando interpretações teóricas sobre os sentidos do livro didático de Sociologia, havendo ainda poucos trabalhos que tratam o manuseio dessa ferramenta no fazer docente.

Consideramos que os objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa foram atingidos, já que foi possível averiguar ao longo do trabalho como o uso do livro didático de Sociologia responde a diversos fatores sociais, principalmente relacionados às variáveis sobre formação, atuação profissional e acessibilidade de recursos. Essa análise permitiu refutar a hipótese que o livro didático não vem sendo frequentemente utilizado por professores e professoras em sua prática docente, já que os dados demonstraram um quadro inverso, ficando perceptível que o uso desse material é uma constante dentre o universo de pesquisa.

O problema de pesquisa foi formulado com vistas à interpretação do livro didático de Sociologia como ferramenta de trabalho docente, buscando compreender como (e se) essa ferramenta, disponibilizada em todas as escolas públicas do país, é mobilizada por professores de Sociologia em seu fazer docente. A experiência empírica sobre a qual formulei as hipóteses, como professora da Rede Estadual do Paraná, vinha sugerindo uma negação do livro didático enquanto material pedagógico. Debates com colegas de profissão, participação em encontros e seminários acadêmicos, bem como minha própria experiência docente, me levaram a supor que o livro didático do PNLD não vinha sendo utilizado por docentes de Sociologia. Mas, diante dos dados coletados, foi possível observar a significativa incidência de usos desse material, tanto como recurso didático para estudantes,

como quanto uma importante ferramenta de auxílio ao trabalho docente, servindo como referência bibliográfica e recurso pedagógico.

Para chegar a esses resultados, inicialmente nos dedicamos à construção de um questionário envolvendo questões estruturadas e algumas delas possibilitaram o registro de respostas abertas. Tal ferramenta foi aplicada virtualmente a uma amostra de setenta docentes de Sociologia licenciados e atuantes em escolas públicas de cinquenta municípios brasileiros. Essa amostra diz respeito ao universo de 264 docentes matriculados no Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, significando um percentual aproximado de 26,5% (vinte e cinco por cento) do universo. A partir das respostas registradas, realizamos um tratamento misto dos dados, permitindo traçar um perfil sociodemográfico da amostra, identificar aspectos sobre os percursos formativos e atuação profissional desses docentes, além de um breve mapeamento sobre os recursos por eles mobilizados ao planejar e executar suas aulas.

É importante ressaltar que os objetivos desta pesquisa envolviam um olhar sobre o uso do livro pelo professor e professora, não cabendo aqui interpretações sobre o uso entre estudantes. Nesse sentido, o que podemos averiguar foi a relevância desse material no que diz respeito à prática docente, não sendo possível elaborar afirmações sobre a relação entre o livro didático e a aprendizagem estudantil. Mesmo assim, os dados indicam que o livro de Sociologia é a principal fonte de leitura para atividades com estudantes, segundo relatos dos professores. Além disso, o que se sobressalta, ao olhar para os dados, é o significativo valor dessa ferramenta como balizadora do fazer docente, pelo menos no que se refere ao universo de docentes mestrandos do PROFSOCIO. É importante mencionar que a principal limitação desta pesquisa diz respeito à impossibilidade de colher dados a partir do amplo universo docente da disciplina, também sendo infrutífero, a partir de nossa amostragem, inferir análises sobre eventuais especificidades regionais.

Desse modo, indicamos como pertinente às futuras análises dessa natureza, que se busque averiguar os fatores sociais envolvidos no uso do livro didático para além do universo de docentes em formação pós-graduada, incluindo na amostra os diferentes níveis de formação que refletem o cenário docente em Sociologia no país.

Ao retomar nosso principal argumento que atribui o livro didático de Sociologia à prática docente, servindo como referência e ferramenta de trabalho

para professores e professoras, notamos que se ampliam os contornos do Programa Nacional do Livro Didático - quando se refere especificamente à Sociologia - visto que as atribuições deste material extrapolam aquelas pré-estabelecidas nos documentos oficiais: nas diferentes edições do Guia de Livros Didáticos para a Sociologia, observa-se um direcionamento desse material aos docentes, chegando a mencionar como função do livro didático “servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente” (BRASIL, 2011, p. 8). Ainda assim, nossos dados revelam que, para além dessa função, o livro didático de Sociologia vem servindo como a principal fonte de referência teórica para docentes, ainda que estes estejam em contato com uma balizada formação pós-graduada.

Desse modo, chama a atenção o dado que apresenta o livro didático de Sociologia para além de suas funções predeterminadas, apontando-o como relevante fonte de estudo, conhecimento e referencial teórico para professores e professoras, o que demonstra o significativo papel formativo que o livro didático desempenha na prática docente em Sociologia. Outrossim, tal quadro faz sobressaltar a demanda por formulação e distribuição de material de apoio direcionado especificamente ao professor e professora via Plano Nacional do Livro Didático que, diferentemente do Manual do Professor disponibilizado pelo Programa – detentor de outras funções pedagógicas – possa fornecer subsídio teórico consistente e aprimorar o contato docente com as discussões teórico-conceituais da área.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico Classe, códigos e controle.** Vozes: Petrópolis, 1996.

BERTONI, Estêvão. Quais os limites do governo para alterar livros didáticos. **Nexo**, 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/11/Quais-os-limites-do-governo-para-alterar-livros-did%C3%A1ticos>> Acesso em: 30 mar. 2020.

BODART, Cristiano.das.Neves.; SILVA, Roniel Sampaio . Quem leciona Sociologia após 10 anos de presença no Ensino Médio brasileiro?. In: Cristiano das Neves Bodart; Wenderson Luan dos Santos Lima. (Org.). **O ensino de Sociologia no Brasil.** 1ed. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, v. 1, p. 35-62, 2019.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. P.. **Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação.** Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 48, p. 256-281, 2017.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio.** Volume único. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. (Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Brasília, 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm> Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/Lei/L11684.htm> Acesso em: 03/08/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf> Acesso em: 3 ago. 2020

BRASIL. Guia de livros didáticos : PNLD 2012 : Sociologia. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. **Guia de livros didáticos** : PNLD 2015 : sociologia : ensino médio. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017a.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos PNLD**, 2017b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>> Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia PNLD 2012 – Ensino Médio**, 2017c. Conteúdo do Portal FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dico> Acesso em 30 mar. 2020.

CARNIEL, Fagner; BUENO, Zuleika de Paula. **O Ensino de Sociologia e os seus públicos**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 39, nº. 114, p.671-685, jul-set., 2018.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. São Paulo, PUC-SP, 2007.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. **Adoção do livro didático de sociologia na educação básica:** estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba. (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio). Fundação Joaquim Nabuco – Recife, PE, 2015.

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, RJ, 2016.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **A sociologia no ensino médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2017.

FORTE, Barbara. Bolsonaro pode mudar livros didáticos para evitar ‘doutrinação’? Entenda... **Ecoa**, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoalistas/bolsonaro-pode-mudar-livros-didaticos-para-evitar-doutrinacao-entenda.htm>> Acesso em: 30 mar. 2020.

GOMES, C. A. **A educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1994.

HANDFAS, A. O Estado da Arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: Um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, 23 out. 2013.

HANDFAS, A; MAÇAIRA, J. P. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n. 74, 2014, p. 45-61.

HANDFAS, A.; CARVALHO, I. Ensino de sociologia: a constituição de um subcampo de pesquisa. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 214-230, 2019.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático**. *Educ. Soc.* [online]. 2000, vol.21, n.70, pp.159-170. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000100009>.

LIEDKE FILHO, E. D. **Sociologia Brasileira**: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. *Sociologias*, n. 9, p. 216-245, 2003.

LIMA, Ângela Maria de Sousa; SILVA, Ilézi Luciana Fiorelli. **A formação continuada de professores/as de Sociologia da Educação Básica e os desafios para a pós-graduação stricto sensu**. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora: v. 12, n. 1, p. 35-49, jan.-jun., 2017.

MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas**. *Mediações*, Londrina, vol. 12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia**. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.2, n.3, jan./jun., p.209-232, 2014.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Vértice/Idesp/Finep, 1989. p. 72-110.

MILLS, C. W.. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, A. C. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, v. 35, n 2, p. 179-189, 2013.

OLIVEIRA, A.; BINSFELD, W.; TRINDADE, T. A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia?. **Revista Espaço do Currículo**, v. 2, n. 11, 31 ago. 2018.

PROFSOCIO. **Universidade Federal do Ceará (UFC)**, 2019. Documentos. Disponível em: <<https://profsocio.ufc.br/pt/documentos/>> Acesso em: 28 jul. 2020

PROFSOCIO. **Universidade Federal do Ceará (UFC)**, c2020. Acesso à Informação. Disponível em: <<https://profsocio.ufc.br/pt/inicio/>> Acesso em: 28 jul. 2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucvan. **Manual de investigação em ciências sociais.** 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia Elizabete; MOCELIN, Daniel Gustavo; PEREIRA, Thiago Ingrassia. O Ensino da Disciplina de Sociologia no Brasil: Diagnóstico e Desafios para a Formação de Professores. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 16, n. 221, p. 15-26, 2017.

SANTOS, M. B. A Sociologia no contexto das reformas do ensino médio. In: CARVALHO, L. M. G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de Sociologia no ensino médio.** Ijuí: Unijuí, 2004. p. 131-180.

SELZ, Marion. O raciocínio estatístico em Sociologia. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 202-217.

SILVA, G. M. D. **Sociologia da Sociologia da educação:** caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-79). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

SILVA, Iléza Luciana Fiorelli. O ensino das ciências sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. (Org.). **Coleção explorando o ensino de Sociologia.** Vol. 15, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 23-31.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** Volume único. 3 ed. São Paulo: 2013.

ZARIAS, A.; MONTEIRO, A.; BARRETO, T. V. Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio: a experiência nos horizontes da formação continuada para professores. In: **Revista Brasileira De Sociologia**, Vol 02, No. 03, Jan/Jun, 2014, pp 129-152.

APÊNDICE 1 - QUADRO DE HIPÓTESES

Questão	Hipóteses
Os professores de Sociologia usam o livro didático?	<p>1- Usam com frequência, planejam suas aulas de acordo com o livro, seguem as sugestões de conteúdo conforme o livro, limitam-se a este único tipo de material;</p> <p>2- Usam raramente, quando não se sentem seguros com determinados conteúdos, quando não planejam com antecedência suas aulas, para um tipo específico de atividade, quando estão preparando suas aulas – como fonte de referência para o professor ou quando não há disponibilidade de outros materiais;</p> <p>3- Não usam, porque não participam da escolha, porque não sentem-se pertencentes à comunidade escolar, porque não há disponibilidade do livro aos estudantes ou o acesso é obstaculizado ou porque não é bem recebido pelos estudantes.</p>
O uso do livro didático está relacionado à formação acadêmica do professor?	<p>1- Sim, quando o professor passou por uma formação manualística, tende a recorrer</p>

	<p>com mais frequência ao livro;</p> <p>2- Sim, quando o professor passou por uma formação de excelência, diversa em referenciais teórico-metodológicos, reflete-se na forma como manuseia o material didático;</p> <p>3- Sim, observa-se diferenças no manuseio do livro didático entre professores que passaram por formações EAD, segunda licenciatura, licenciatura plena, universidades públicas ou privadas;</p> <p>4- Não, a formação do professor em nada se relaciona com sua decisão de utilizar ou não o livro e de que maneira o faz.</p>
O livro didático tem se mostrado uma ferramenta eficiente no processo de ensino-aprendizagem?	<p>1- Sim, o material é muito eficiente e dialoga com os estudantes, os aproximando dos conteúdos de sociologia;</p> <p>2- Não, o material tem uma linguagem que não acessa os estudantes, os distanciando dos conteúdos de sociologia.</p>
A forma como se organiza a escolha do livro em cada escola influencia no manuseio deste material?	<p>1- Sim, quando há arbitrariedades no processo de escolha do livro, a tendência é que os professores utilizem menos tal material;</p>

	2- Sim, quando os professores participam ativamente do processo de escolha, utilizam com mais frequência e profundidade;
O vínculo empregatício do professor influencia no manuseio do livro?	<p>1- Sim, os professores com contrato temporário recorrem em menor grau ao livro visto que não participaram da escolha do material;</p> <p>2- Sim, os professores efetivos recorrem em maior grau dado seu vínculo permanente à comunidade escolar;</p> <p>3- Não, as condições de uso em nada se relacionam ao caráter do contrato do professor.</p>
O uso do livro relaciona-se a fatores geracionais?	1- Sim, professores mais velhos tendem a recorrer com maior frequência ao livro, ao passo que professores mais jovens tendem a variar as ferramentas didáticas que utilizam em sala, recorrendo com menor frequência ao livro didático.
A disponibilidade de novas tecnologias no espaço escolar influencia no uso do livro?	<p>1- Sim, quando há disponibilidade de tecnologias diversificadas na escola os professores recorrem ao livro com menor frequência;</p> <p>2- Não, o uso do livro independe das demais tecnologias.</p>

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO

Fatores relativos ao uso do livro didático de Sociologia do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)

“Você está sendo convidada e convidado a contribuir com a produção de uma pesquisa científica no campo da Sociologia da Educação. Ao responder a estas questões, você está fornecendo dados que serão analisados para fins estritamente científicos, visando identificar aspectos relativos aos usos do Livro Didático de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Enviando seu formulário, você está de acordo com a divulgação anônima dos dados fornecidos por você e os possíveis resultados obtidos por meio deles.

Esta pesquisa parte do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), associado à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e destina-se a professoras e professores da Educação Básica que estejam atuando em uma instituição pública de Ensino Médio e/ou Profissional/Técnico.

O objetivo deste formulário é reunir informações sobre os usos atribuídos ao Livro Didático de Sociologia por professoras e professores de Sociologia vinculados ao PROFSOCIO em Rede Nacional, abrangendo todas as Universidades Associadas.

Você responderá a 38 questões, divididas em 7 blocos. Observe que algumas delas têm múltipla escolha de respostas, outras são em escala e outras ainda são abertas/discursivas. Responda conforme instruído no enunciado.

Grata pela disposição e que essa pesquisa possa trazer resultados que contribuam com a prática docente em Sociologia. Atenciosamente,

Lais Celis Merissi.”

*Obrigatório

1. Dados pessoais

1.1. Endereço de e-mail *

1.2. Idade (apenas números) *

1.3. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro: _____

1.4. Cidade *

1.5. Estado *

2. Dados da Formação

2.1. Área de formação na primeira graduação (resposta curta sobre o curso de graduação) *

2.2. Modalidade de ensino na primeira graduação (assinalar apenas uma alternativa)*

Marcar apenas uma oval.

- Presencial
- Semi-presencial

Outro: _____

2.3.Se fez uma segunda graduação, em qual área? (Caso não tenha feito, não responda)

2.4.Em que ano ingressou no PROFSOCIO? *

Marcar apenas uma oval.

- 2018
- 2019

3. Dados Profissionais

3.1.Regime de trabalho *

Marcar apenas uma oval.

- Efetivo (concurso)
- Temporário (substituto)

3.2.Carga horária de trabalho na escola (com base na hora-aula de 50 minutos) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 20 horas semanais
- 20 horas semanais
- Entre 21 e 30 horas semanais
- Entre 31 e 40 horas semanais
- Mais de 41 horas semanais

3.3.No ano de 2018, atuou em quantas escolas? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 escola
- 2 escolas
- 3 escolas
- Outro: _____

3.4.Há quanto tempo atua como professor/professora? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- Entre 2 e 4 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Superior a 16 anos

Caso trabalhe em mais de uma escola, priorizar, nas respostas, a escola com maior quantidade de aulas.

3.5.Há quanto tempo leciona em sua principal escola? (Com maior carga-horária) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- Entre 2 e 4 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Superior a 16 anos

4. Escola

4.1. Quais recursos tecnológicos são disponibilizados em sua escola? (Assinale quantas alternativas forem necessárias) *

Marque todas que se aplicam.

- Computadores em sala de aula
- Lousa Digital
- Projetores
- Retroprojetor
- Televisão comum
- Smart TV
- Laboratório de informática
- Impressora
- Outro: _____

4.2. Como se dá a distribuição do livro didático para os estudantes na escola em que trabalha? (Assinale quantas alternativas forem necessárias) *

Marque todas que se aplicam.

- Recebem os livros e levam para casa
- Recebem os livros e guardam em armários na escola
- Os livros permanecem na biblioteca
- Os livros não foram distribuídos
- Outro: _____

4.3. Você frequenta a biblioteca da escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

4.4. A biblioteca de sua escola é frequentada pelos estudantes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

5. Aulas

5.1. Com que frequência você planeja suas aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Por bimestre ou trimestre
- Semestralmente
- Anualmente
- Não planejo
- Outro: _____

5.2. Você utiliza período de férias, recesso ou finais de semana para planejar aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

5.3.Você considera suficiente o tempo disponível na escola para planejamento ? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro:_____

5.4.Onde você planeja suas aulas na maior parte das vezes? *

Marcar apenas uma oval.

- Na escola
- Em minha casa
- Outro:_____

5.5.Que tipo de material você consulta ao planejar suas aulas? (Assinalar todos que utiliza com frequência) *

Marque todas que se aplicam.

- Livros clássicos da Sociologia
- Livros recentes da área
- Livros Didáticos
- Repositórios de Artigos e Teses Online
- Material de formação das secretarias de estado e MEC
- Vídeos
- Revistas acadêmicas impressas
- Manual do professor (PNLD)
- Outro_____

6. PNLD

6.1.Você conhece o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6.2.O que você pensa sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)?

7.Livro Didático

7.1.Como você tomou conhecimento das edições de livro didático de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) edição 2018? (Assinale quantas alternativas forem necessárias) *

Marque todas que se aplicam.

- Pela equipe pedagógica
- Pela ação das editoras
- Por meio de redes sociais
- Por meio dos sites oficiais
(MEC/Secretarias)
- Colegas de trabalho
- Outro: _____

7.2. Como você avalia sua participação na escolha do livro didático de Sociologia em sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Não participei
- Participei parcialmente
- Participei ativamente

7.3. Ao escolher o livro didático de Sociologia, você considera sua qualidade gráfica *

Marcar apenas uma oval.



7.4. Ao escolher o livro didático de Sociologia, você considera sua adequação ao currículo vigente *

Marcar apenas uma oval.



7.5. Ao escolher o livro didático de Sociologia, você considera sua adequação aos estudantes (em termos de linguagem, atividades e recursos) *

Marcar apenas uma oval.



7.6. Ao escolher o livro didático de Sociologia, você considera as sugestões de atividades e materiais para professores *

Marcar apenas uma oval.



7.7.Você toma conhecimento sobre conteúdos novos da sociologia por meio de livros didáticos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7.8.Quais critérios você prioriza ao escolher o livro didático de Sociologia?
(Assinale as 3 principais opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Linguagem acessível aos estudantes
- Diagramação
- Adequação dos conteúdos do livro ao currículo do estado
- Qualidade das referências bibliográficas
- Qualidade das sugestões de filmes e vídeos
- Facilidade de acesso aos recursos sugeridos
- Textos de fácil interpretação para professores
- Abordagem de temas contemporâneos

7.9.O livro que você sugeriu foi escolhido para a escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

7.10. Com que frequência você recorre ao livro didático de sociologia em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Às vezes
- Raramente
- Sempre

7.11. Com que finalidade você recorre ao livro didático de Sociologia? (Assinalar as 3 principais opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Para atividades de leitura com os estudantes
- Para organizar seu planejamento
- Para estudar conteúdos que não tenho total segurança
- Para tratar conteúdos com poucas opções de material disponível
- Quando ocorre algum imprevisto relacionado ao planejamento das aulas

7.12. No aspecto ensino-aprendizagem, você considera o livro didático de Sociologia adotado por sua escola *

Marcar apenas uma oval.



7.13. Você estuda conteúdos de Sociologia a partir do Livro Didático? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

7.14. Você considera o livro didático de Sociologia uma ferramenta eficiente para sistematizar o conhecimento sociológico nas escolas? *

Marcar apenas uma oval.



7.15. Se você considerar necessário, comente sobre os Livros Didáticos de Sociologia do PNLD (priorize aspectos relativos à finalidade e à eficiência do material)
